

História da Liturgia

A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica
Textos complementares e exercícios



Sumário

I. A Liturgia na Igreja Primitiva	3
Atividades.....	7
II. A Liturgia na Igreja do Império	8
Atividades.....	10
III. A Liturgia de Gregório Magno a Gregório VII.....	11
Atividades.....	14
IV. A Liturgia do Concílio de Trento	15
Atividades.....	18
V. A Liturgia no Concílio Vaticano II e no pós-Concílio	19
Os Cantos do Ordinário na História.....	28
TEXTO 1 – O OFÍCIO DIVINO NO RITO ROMANO	29
Trabalho sobre o texto “O Ofício Divino no Rito Romano”	36
TEXTO 2 – LINHAS DE HISTÓRIA DO ANO LITÚRGICO	38
Trabalho sobre o texto “Linhas de História do Ano Litúrgico”	43
Bibliografia	44

A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica

Material de apoio para leitura complementar

Estudar a História da Liturgia é uma das melhores maneiras de colocar em prática a chamada *participatio actiosa*, ou seja, a participação ativa nas celebrações litúrgicas, tão valorizada e defendida pela constituição *Sacrosanctum Concilium*¹. Entender o caminho que a Igreja percorreu e que nos trouxe, como que por herança, a liturgia que hoje temos, torna-nos mais capazes de participar dessa liturgia, colhendo dela os frutos concretos para nosso crescimento espiritual.

É fundamental também chamar atenção para o título da ementa da disciplina, que, em princípio, pode levar alguns a considerar que só iremos estudar a História da Liturgia. Contudo, nossa missão é mais ampla, devendo abranger a “vida litúrgico-sacramental da Igreja”, ou seja, vamos buscar não só compreender o desenvolvimento da liturgia, como também as formas utilizadas na celebração dos sacramentos da Igreja².

Por razões didáticas, não seria conveniente apresentar, com riqueza de detalhes, cada etapa do processo de desenvolvimento da vida litúrgico-sacramental da Igreja. Portanto, faz-se necessário pontuar apenas algumas fases mais relevantes da História da Igreja, mostrando seu reflexo na celebração da liturgia cristã. Essa caminhada será dividida em cinco grandes períodos:



¹ Aqui vale lembrar um dos trechos da constituição *Sacrosanctum Concilium*: “Deseja ardentemente a Mãe Igreja que todos os fiéis sejam levados àquela plena, cônica e ativa participação das celebrações litúrgicas, que a própria natureza da Liturgia exige e à qual, por força do batismo, o povo cristão (...) tem direito e obrigação.” (SC 14)

O Papa Bento XVI nos chama atenção para o verdadeiro sentido dessa participação ativa, que deve ser vista como algo mais profundo do que meramente o engajamento em uma ação. A participação que a liturgia exige é comparável à participação em Deus, produto da graça sacramental. Por isso, a participação ativa não termina com o final da celebração, mas segue na vida e não pode ser imposta aos homens pelo exterior, como um espetáculo, mas deve brotar da vida espiritual, construída com formação e prática (Ratzinger, 1999, p. 97).

² Embora aqui estejamos nos referindo aos sete sacramentos da Igreja (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Reconciliação, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio), não podemos perder de vista o sentido mais amplo do termo sacramento, conforme ensina o Catecismo da Igreja Católica: “A obra de Cristo na liturgia é sacramental porque o seu ministério de salvação se torna presente nela mediante o poder do seu Espírito Santo; porque o seu corpo, que é a Igreja, é como que o sacramento (sinal e instrumento) no qual o Espírito Santo dispensa o mistério da salvação; porque através das suas ações litúrgicas a Igreja peregrina já participa, por antecipação, da liturgia celeste” (CIgC 1111).



I. A Liturgia na Igreja Primitiva

Contexto histórico

O **Imperador Nero**, no ano de 64 d.C., incendiou Roma e, ao tentar desviar as suspeitas de si, mandou prender uma multidão de cristãos. Segundo Bettencourt, a partir de então, "ser cristão equivalia a arriscar-se a morrer"³.

Ainda conforme Bettencourt, "o Imperador Trajano (98-117) fixou uma norma de conduta para os oficiais do Império: os cristãos são ateus; por isto, desde que convictos, hão de ser punidos; mas **não devem ser procurados**; as denúncias anônimas não têm valor; caso reneguem a sua fé, sejam postos em liberdade".

O Imperador Setímio Severo (193-211) **proibiu conversões** ao Cristianismo.

Diocleciano, imperador entre os anos de 284-305, desenvolveu uma grande reforma administrativa, que incluía o fortalecimento da religião do Estado. Provavelmente, eram contados 7 a 10 milhões de cristãos, num Império de 59 milhões de habitantes, incluindo, segundo algumas fontes, Priscia e Valeria, respectivamente, esposa e filha de Diocleciano. Os cristãos foram condenados a morte e seus livros e templos deveriam ser destruídos.

Enquanto isso, na Liturgia...

1. O culto judaico representou a transposição da religião da natureza para um culto baseado na Aliança de Deus com os homens. A partir do dever de ter a Aliança sempre presente nos momentos de culto, o Judaísmo desenvolveu o conceito de memória (*zikkarón*). A experiência do Êxodo, com a memória cultural, torna-se sempre presente e a ação do Deus de Israel, que cuida de seu povo com amor, é ainda mais unida à vida do povo.
2. Durante a ceia pascal judaica, faz-se uma bênção importante, chamada *berakah*, que será a matriz da atual Oração Eucarística.
3. Jesus Cristo pratica o culto judaico (cf. Lc 4,16); porém, defende um culto em espírito e verdade (cf. Jo 4,20-24), onde a comunicação com Deus é possível (cf. Mc 15,37s), por meio de Cristo Jesus, intercessor da humanidade (cf. Hb 10,19-22). O verdadeiro culto implica em mudança: oferecimento de si mesmo (cf. Rm 12,1) e o envolvimento total com o Evangelho (cf. 1Pd 2,5).
4. "Durante algum tempo, os primeiros cristãos frequentaram o templo e observaram a lei, embora tivessem suas próprias celebrações, entre as quais sobressaíam o batismo e a fração do pão 'nas casas' (cf. At 2,41-42.46)."⁴



³ Bettencourt, Curso de História da Igreja, p. 15.

⁴ Martín, 2006, p. 100-101.

Liturgia 1B

5. A Didaqué, do século II, já testemunha o domingo como o dia de culto por excelência: “Reúnem-se no dia do Senhor para partir o pão e agradecer, depois de ter confessado os pecados, para que o sacrifício de vocês seja puro” (cap. XIV).
6. Não se podem negar as raízes judaicas da liturgia, porém, “o evangelho é o fundamento do culto cristão”⁵. Ainda segundo Borobio, o culto cristão tem três características: (i) **escatológico**, pois sempre remete à vida eterna, junto de Deus; (ii) **pneumatológico**, porque é o Espírito Santo que reúne a assembleia e a torna, de fato, uma assembleia de culto; e (iii) **cristológico**, já que o centro do culto é a confissão do querigma da fé cristã.
7. Além dessas características, Borobio (1990) apresenta-nos quatro elementos fundamentais, a partir da análise de At 2,42: o ensinamento dos Apóstolos (**didachê**), a comunhão fraterna (**koinonia**, incluindo a coleta de donativos para os mais necessitados), a **fração do pão** (ponto culminante da liturgia) e as **orações**, pois a finalidade é sempre a edificação da comunidade cristã.
8. Existem formas bastante elementares de liturgia: (i) o Batismo, cf. 1Cor 12,13; (ii) celebrar no primeiro dia da semana, cf. At 20,7; (iii) o canto de salmos e hinos, cf. Cl 3,16; (iv) a coleta de donativos para os mais necessitados, cf. 1Cor 16,1.



São João Crisóstomo proibiu
quartodecimanos de celebrarem

9. “Aquilo que o domingo é no curso da semana, a páscoa constitui no ritmo do ano, a festa mais antiga da Igreja cristã. (...) Mas o verdadeiro problema foi a data em que se devia celebrar a festa da páscoa. No século II, as comunidades da Ásia Menor tinham como tradição (que segundo elas vinham dos apóstolos João e Felipe) celebrar a páscoa na mesma data dos judeus, isto é, no dia 14 do mês de Nisã. (...) Mas no próprio século II existem outras comunidades, como as de Roma, da Palestina, do Egito, da Grécia, etc., que celebram a páscoa anual cristã, não na data judaica de 14 de Nisã, mas no domingo que a segue.”⁶

Embora não houvesse divergências entre o conteúdo da celebração, esse evento foi suficiente para suscitar polêmica na Igreja nascente, passando a ser conhecido como **controvérsia quartodecimana**.

10. Na Igreja primitiva, era costume a utilização dos termos **mysterion** (no Oriente) e **sacramentum** (no Ocidente) para denominar aquilo que hoje conhecemos como sacramentos. O termo *mysterion* está ligado àquilo que está oculto, mas que pode ser conhecido. Em outra análise, *mysterion* é tudo aquilo que faz o homem silenciar. *Sacramentum*, por sua vez, é um termo latino que se referia ao juramento de fidelidade dos soldados romanos ao imperador.
11. A língua litúrgica é o **grego** comum e a versão da Sagrada Escritura utilizada para a pregação e a liturgia era a **LXX**.
12. “A **improvisação** na prece foi também uma constante, embora destoa de esquemas fixos. A **preocupação pela ortodoxia** nas fórmulas litúrgicas é patente na *Traditio Apostolica* de Hipólito.”⁷ Veja a seguir alguns trechos dessa obra (do século III), que é considerada a base da atual Oração Eucarística II:
 - “De tudo isto dá explicação o bispo aos que recebem o pão celestial, o corpo de Cristo Jesus. Aquele que o toma, responde: amém. E lhes dará o sangue de Cristo, nosso Senhor. E o que

⁵ Borobio, 1990, p. 46.

⁶ Borobio, 1990, p. 63 e 64.

⁷ Martín, 2006, p. 102.

Liturgia 1B

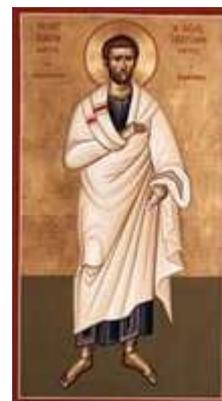
lhes dá o cálice dirá: este é o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo. E aquele que o recebe responde: amém.”

- “Durante a ceia os fiéis presentes receberão das mãos do bispo um pedaço de pão, antes de partir cada um seu próprio pão.”
- “Cada um tenha cuidado para que nenhum infiel deguste a Eucaristia nem a comam os ratos ou outros animais, nem caia ou se perca nada dela. Porque é o corpo de Cristo que deve ser comido pelos crentes e não pode ser menosprezado.”
- “Graças te damos, ó Deus, por teu Filho bem amado Jesus Cristo, que nos últimos tempos nos enviaste como Salvador, Redentor e mensageiro de teu desígnio. Ele é o teu Verbo inseparável, por quem fizeste todas as coisas, e que, segundo teu agrado, enviaste do céu ao seio de uma Virgem, onde, sendo concebido, encarnou-se e revelou-se como teu Filho, nascendo do Espírito Santo e da Virgem. Ele, para cumprir a tua vontade, e obter para ti um povo santo, estendeu seus braços enquanto sofria, para livrar do sofrimento aqueles que creem em ti. Ele, entregando-se voluntariamente à paixão, a fim de destruir a morte, quebrar as cadeias do demônio, esmagar os poderes do mal, iluminar os justos, estabelecer a lei e dar a conhecer a ressurreição, tomou o pão e deu graças a ti dizendo: ‘Tomai e comei, isto é meu corpo que por vós será imolado’. Tomou igualmente o cálice, dizendo: ‘Este é o meu sangue que por vós será derramado. Quando fizerdes isto, fazei-o em minha memória’. Por isso, lembrando-nos de sua morte e ressurreição, nós te oferecemos este pão e este cálice, dando-te graças porque nos fizeste dignos de estar diante de ti e servir-te. E te pedimos que envies o teu Espírito Santo sobre a oblação da santa Igreja, congregando-na na unidade. Dá a todos que participam em teus santos mistérios a plenitude do Espírito Santo, para que sejam confirmados em sua fé pela verdade, a fim de que te louvemos e glorifiquemos por teu Filho Jesus Cristo, por quem te é dada a glória e a honra, com o Espírito Santo, na santa Igreja, agora e sempre, e pelos séculos dos séculos. Amém.”⁸

A celebração dos sacramentos

Batismo

- Nesse período, o Batismo era visto como o meio de passagem para a comunidade salvífica. Era profunda a consciência de que o sacramento demandava completa conversão a Cristo e, em muitos casos, mudança de vida. Não era aceitos na comunidade aqueles que, com sua vida pública, demonstravam incompatibilidade com os preceitos cristãos.
- São Justino, martir do século II, nos escreveu sobre o Batismo:
“Todos os que estiverem convencidos e acreditarem no que ensinamos e proclamamos, e prometerem viver de acordo com essas verdades, exortamo-os a pedir a Deus o perdão dos pecados, com orações e jejuns; e também rezaremos e jejuaremos unidos a eles.
Em seguida, levamo-os ao lugar onde se encontra água; ali renascem do mesmo modo que renascemos: recebem o batismo da água em nome do Senhor Deus Criador de todas as coisas, de nosso Salvador Jesus Cristo e do Espírito Santo.
(...)
Esta doutrina, nós a recebemos dos apóstolos. No nosso primeiro nascimento, fomos gerados por um instinto natural, na mútua união de nossos pais, sem disso termos consciência. Fomos educados no meio de uma sociedade desonesta e em maus costumes. Todavia, para termos também um nascimento que não seja fruto da simples natureza e da ignorância, mas sim de uma escolha consciente, e obtermos pela água o perdão dos pecados, é pronunciado o nome do



São Justino

⁸ Aldazábal, 2002, p. 237 e 238.

Liturgia 1B

Senhor Deus Criador de todas as coisas. Somente podemos invocar este nome sobre aquele que é levado à água do batismo.⁹

Confirmação

- Embora haja relatos de unção e imposição das mãos pós-batismais, o sacramento da Confirmação, nessa fase, encontra-se plenamente vinculado ao Batismo. No mesmo rito em que os novos cristãos são batizados, são confirmados.

Eucaristia

- Nesse período vai ocorrendo a separação entre a ceia em comum e a Eucaristia. O relato de 1Cor 11 mostra que a Eucaristia ocorria durante uma refeição, nos mesmos moldes da ceia pascal judaica. Contudo, agora, a celebração da Eucaristia vai se vinculando ao culto da Palavra e se vê destacada da refeição normal entre irmãos.
- Ainda São Justino nos dá um dos testemunhos mais antigos sobre a Eucaristia da Era Apostólica: “No dia que se chama **do Sol**, celebra-se uma **reunião** de todos os que habitam nas cidades e nos campos. Nela se **lêem**, à medida que o tempo o permita, as Memórias dos Apóstolos ou os escritos dos profetas. Em seguida, quando o leitor termina, o presidente, em suas próprias palavras, faz uma **exortação** e um convite para que imitemos esses belos exemplos. Levantamo-nos seguidamente todos de uma vez e elevamos nossas **preces**; quando terminam, como já dissemos, **oferecem-se pão, vinho e água** e o presidente, segundo suas forças, também eleva a Deus suas preces e eucaristias e todo o povo aclama dizendo: **Amém**. Prosseguindo vem a **distribuição e participação dos alimentos eucaristizados** e o seu envio, por meio dos diáconos, aos ausentes. Os que tem bens e querem, cada um segundo sua livre determinação, dão o que bem lhe parece; e o que é recolhido é entregue ao presidente, que com ele socorre órfãos e viúvas, aos que, por enfermidades ou outras causas, estão necessitados, aos que estão nos cárceres, aos forasteiros de passagem. Em uma palavra, ele se constitui provedor dos quantos se acham em necessidade. Celebramos essa reunião no dia do Sol por ser o primeiro dia, no qual Deus, transformando as trevas e a matéria, fez o mundo, bem como por ser o dia em que Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dentre os mortos” (Apologias 65 e 67).

Reconciliação

- A ênfase na Igreja primitiva recaía sobre o aspecto comunitário da penitência. Toda a comunidade era chamada a auxiliar o penitente com suas orações e jejuns – assim como se nota no período que antecede o Batismo. A noção da vinculação do cristão à Igreja é tão forte que, para as primeiras comunidades, já é claro: “quando um cristão peca, toda a comunidade se encontra fragilizada”. Por isso, era prática primitiva a penitência da excomunhão pública única, ou seja, (i) os pecados eram confessados em comunidade; (ii) o período de penitência era longo; (iii) a confissão só se realizava uma única vez, sendo irrepetível.

Unção dos Enfermos

- Seguindo o preceito de Tg, já se encontram relatos de unções e orações pelos doentes na Igreja primitiva. O objetivo dessa unção era a cura do doente e o perdão dos pecados.

Ordem

- O Bispo sempre aparece como pai da comunidade e seu fundador. A imposição das mãos é o elemento epiclético do rito da ordenação e os novos bispos são escolhidos pela própria comunidade, sendo ordenados pelos bispos das comunidades mais próximas.

⁹ Aquino, 2009, p. 61 – 63.

Liturgia 1B

Matrimônio

- O sacramento do Matrimônio encontra dificuldades na Igreja primitiva. Era preciso pregá-lo como eticamente aceito e instituído pelo próprio Deus, conciliando-o com: (i) estoicismo, que aconselha à apatia, ou indiferença quanto às coisas, inclusive quanto à união conjugal; (ii) maniqueísmo, que pregava a bondade daquilo que era do espírito e a maldade daquilo que vinha do corpo; (iii) os equívocos na interpretação da preferência de São Paulo pelo celibato.



Atividades

Exercícios de revisão

A Liturgia na Igreja Primitiva

1) Vários ritos da Igreja são heranças do Judaísmo. Identifique com um X esses ritos:

- () Leitura da Sagrada Escritura no culto
- () O hino do "glória"
- () Aclamações, como "amém", "aleluia" e "hosana"
- () Fórmulas de invocação, como "oremos" e "orações ao alto"
- () Reunião nas casas particulares

2) Além dos elementos herdados do Judaísmo, alguns outros foram cristianizados. Indique o rito atual da Liturgia a partir da sua origem:

Guardar o sábado como dia de culto ao Senhor –
Marcar o início do dia com o pôr-do-sol do dia anterior –
A oração da *berakah* –

3) Qual evento histórico marcou a vida e o culto dos judeus e dos cristãos, tendo sido resignificado por Cristo?

4) Qual a diferença fundamental entre o culto das seitas pagãs e o culto judaico?

5) Quais são as três características e os quatro elementos fundamentais do culto cristão primitivo?



II. A Liturgia na Igreja do Império

Contexto histórico

Constantino publicou o Edito de Milão, no ano de 313, com o qual concedia permissão a todos os habitantes do Império, principalmente, aos cristãos, para praticar suas religiões e formas de culto.

Muitos acreditam que esse documento tornara o Cristianismo a religião oficial do Império Romano. Essa ideia não é correta, pois o conteúdo do Edito de Milão só fala em tolerância a qualquer culto, o que não tira a importância do documento, que pôs fim à perseguição dos cristãos. Contudo, somente com o Imperador Teodósio I (379-395), mais especificamente no ano de 380, o Cristianismo se torna religião oficial de todo o Império.

Importante também para compreender o impacto na liturgia é o conhecimento das heresias desenvolvidas no começo da vida cristã:

- 1) **Monarquianismo dinamista** ou adocionista: Jesus teria sido mero homem, adotado no momento de seu batismo no Jordão;
- 2) **Monarquianismo modalista** ou patripassiano: o Filho é considerado como uma mera modalidade do Deus único;
- 3) **Arianismo**: fixava uma tesa subordinacionista, considerando o Filho como a criatura primeira e mais perfeita de Deus;
- 4) **Macedonianismo**: os pneumatômacos consideravam o Espírito Santo como criatura do Filho;
- 5) **Apolinarismo**: Jesus não teria vontade humana ou alma espiritual, sendo o Lógos responsável pelas funções vitais da natureza humana assumida pelo próprio Lógos;
- 6) **Nestorianismo**: afirmava que, em Jesus, havia duas pessoas, uma divina (o Lógos) e a outra humana, gerada por Maria, que se tornava, com isso, mãe de Cristo e não mãe de Deus;
- 7) **Monofisismo**: afirma que em Jesus há uma só natureza e uma só pessoa (a divina);
- 8) **Donatismo**: recusam-se a reconhecer como válido os sacramentos realizados por ministros que não fossem dignos;
- 9) **Pelagianismo**: dispensa qualquer obra de Deus na salvação humana, reduzindo o papel de Cristo a um simples exemplo, que os homens deveriam esforçar-se a seguir, através de rígidas práticas ascéticas.

Enquanto isso, na Liturgia...

1. A chamada "paz de Constantino" não trouxe somente conversões fáceis, mas também favoreceu o contato do Cristianismo com alguns **elementos culturais das religiões pagãs**. Em decorrência, alguns costumes foram introduzidos e cristianizados, de forma que hoje temos alguns exemplos: o beijo no altar e nas imagens, a multiplicação dos atributos divinos, e o costume de batizar voltado para o Oriente.
2. Agora, as celebrações ocorrem em imponentes **basílicas**, o que exige uma liturgia **mais solene** e elaborada, incluindo um **altar** para o culto. **Batistérios** são construídos nas entradas das Igrejas, para lembrar que se entra no Corpo Místico de Cristo por esse sacramento. Além disso, os **paramentos** utilizados começam a se assemelhar com aqueles usados pelos soldados e pela corte romana.

Liturgia 1B

3. O **domingo** passa a ser protegido por lei do Estado e agora se tem o direito de celebrar livremente.
4. Como o período de martírio havia acabado, os cristãos desenvolveram uma outra maneira de entregar a vida totalmente a Deus: o **monaquismo**.
5. Alguns fatores favorecem o aparecimento das **famílias litúrgicas**: (i) expansão facilitada da evangelização e do alcance do Evangelho; (ii) diferentes culturas às quais o Evangelho chegava; (iii) diferentes pregadores e fundadores das comunidades; (iv) dificuldade de comunicação, devido à precariedade do período, frente às longas distâncias entre as comunidades cristãs.
6. Nos grupos orientais de famílias litúrgicas, temos como exemplo:
 - a) **Liturgia maronita**, da Síria central: usa uma adaptação do Cânon Romano;
 - b) **Liturgia bizantina**, de Bizâncio (que já foi Constantinopla e é, atualmente, chamada Istambul): predominância de ícones; ano litúrgico com ciclo fixo (setembro a agosto) e móvel (centrado na Páscoa);
 - c) **Liturgia copta**, do Egito: liturgia do incenso inicia a celebração Eucarística; quatro leituras na Liturgia da Palavra; trinta e duas festas para Maria.
7. Nos grupos ocidentais de famílias litúrgicas, é preciso citar os dois principais:
 - a) **Liturgia romana** (ou romana pura): (i) simplicidade, sobriedade e pouco sentimentalismo; (ii) textos de notável valor literário; (iii) as orações são dirigidas ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo; (iv) possui uma única anáfora, que é chamada de Canon Romano; (v) pouca ou nenhuma manifestação exterior; (vi) forte consciência de comunidade.
 - b) **Liturgia galicana** (onde hoje encontra-se a França): (i) tom solene, muitas vezes prolixo; (ii) considerável sentimentalismo e certo apelo à teatralização dos rituais; (iii) as orações são dirigidas a Cristo; (iv) as fórmulas da oração eucarística variam todos os dias; (v) maior individualismo na oração.
8. Nesse período, começam-se a formar **livros litúrgicos**: (i) **ordo**, com as orações e as fórmulas da celebração da eucaristia; (ii) **sacramentário**, com a estrutura e as orações dos demais sacramentos; (iii) **lecionário**, com as leituras usadas na liturgia; (iv) **antifonário**, com as antifonas que eram cantadas nas celebrações.

A celebração dos sacramentos

Batismo

- Graças à controvérsia pelagiana e a confirmação da doutrina de Santo Agostinho, aliado ao aumento do número de cristãos, o batismo realizado em crianças passou a ser cada vez mais comum.

Confirmação

- Dado ao aumento no número de cristãos, Batismo e Confirmação passam a ser administrados separadamente. Ao presbítero caberá batizar, ficando reservado ao Bispo o dever de confirmar os membros de sua comunidade.

Eucaristia

- Com a oficialização da religião cristã, novos lugares de culto passam a existir: as primeiras igrejas e basílicas são construídas. Por consequência, os ritos vão se tornando cada vez mais complexos e solenes.

Liturgia 1B

- Por outro lado, as constrovsrias cristológicas dos primeiros séculos fizeram com que a Igreja tivesse que intensificar a pregação acerca da divindade de Cristo. Por sua vez, essa pregação foi, de certa forma, responsável pelo afastamento dos fiéis da Eucaristia.

Reconciliação

- Devido à rigidez do sacramento até o século IV, muitos cristãos deixavam para se confessar à beira da morte.
- É nesse período que monges celtas desenvolvem um tipo de penitência chamada "confissão celta", que tem três características: (i) acusação dos pecado de forma privada ao presbítero; (ii) redução entre o período da confissão e da absolvição; (iii) possibilidade de repetição do sacramento.

Unção dos Enfermos

- A unção não é exclusiva dos doentes à beira da morte e há registros de costumes de se deixar óleo nas casas, para uso particular, sendo aplicado por presbíteros ou mesmo leigos.

Ordem

- Nesse período ganha importância a figura do presbítero, que representa o Bispo em sua paróquia. Dá-se início à estrutura de governo que existe na Igreja até hoje.

Matrimônio

- O sacramento do matrimônio passa a ser vinculado com o conceito de indissolubilidade, para uma observância mais precisa das palavras e ensinamentos de Jesus.

Atividades

Questionário de revisão

A Liturgia na Igreja do Império

1. Cite exemplos de modificações ocorridas na liturgia com o advento da era constantiniana.
2. Como se dividem os livros litúrgicos da Liturgia Romana Pura? Qual o conteúdo de cada um?
3. Qual o efeito da controvérsia pelagiana na liturgia do Batismo?
4. Qual o efeito da grande ênfase da Igreja na divindade de Cristo para a liturgia da Eucaristia?
5. Quais são as três novidades trazidas pela modalidade celta de reconciliação?
6. Quais os fatores que contribuíram para a formação de grupos litúrgicos?
7. Quais as características mais marcantes da liturgia romana?
8. É facultado a um cristão adotar rito litúrgico diferente daquele onde foi nasceu e foi criado?



III. A Liturgia de Gregório Magno a Gregório VII

Contexto histórico

Gregório Magno, eleito Papa em 590, tem a difícil missão de liderar a **conversão dos povos bárbaros** que habitavam a Europa ocidental naquela época. “O Sumo Pontífice, não contando mais com a ajuda de Constantinopla para combater os Longobardos e garantir a liberdade da Igreja, voltou as costas ao Oriente, dirigindo-se para o Ocidente, convencido de que o futuro da Igreja dependeria da cristianização dos povos bárbaros” (Matos, 2009, p. 151).



São Gregório Magno

No início do século VIII, Constantinopla sofre o cerco dos **muçulmanos**, que fixam seu império em Bagdad (750-1258). Embora tolerassem os cristãos, os muçulmanos não deixavam de procurar ganhar adeptos entre eles, conforme explica Bettencourt (p. 59). A partir de então, a Europa vai identificar diversas vezes, em diferentes lugares, tentativas de invasão muçulmana.

Conforme Bettencourt, “a controvérsia **iconoclasta** [iniciada no século VIII] teve como uma de suas consequências um maior distanciamento da Itália e do Império Bizantino. Esse afrouxamento religioso, administrativo e político foi um dos antecedentes do cisma de 1054 entre orientais e ocidentais” (p. 65).

“Era preciso não as quebrar, pois as imagens não foram colocadas na igreja para ser adoradas, mas apenas para instruir as mentes dos ignorantes.”

São Gregório Magno

Na noite de Natal do ano 800, o Papa Adriano coroa **Carlos Magno**, da dinastia carolíngia, imperador do Sacro Império Romano. Segundo Bettencourt, esse evento mostra a restauração do Império Romano Ocidental, que havia caído em 476. Com isso, a Itália e o Papado ficam, ainda mais, distantes de Constantinopla. Carlos Magno assumiu para si a função de proteger a Igreja. Para ele, a função do Papa era rezar, como Moisés, enquanto ele guerreava para defender a fé e a Igreja. Surge, assim, a vinculação da Igreja ao Estado.

Com a morte de Carlos Magno, o Império Carolíngio é partido em três, o que afeta diretamente a Igreja, deixando-a mais frágil e dando início ao que chamamos de **século de ferro**. Nesse período, conforme Matos (2009), o episcopado era lugar privilegiado de príncipes e cavaleiros, com ambição por poder, riquezas e profundo desregramento moral.

Em 1014, o Papa Bento VIII introduziu o termo **Filioque** no canto da Igreja romana a pedido do Imperador Henrique II, o que muito irritou os bizantinos. Já em 1054, o Papa Leão IX emitiu uma bula de excomunhão contra o Patriarca Bizantino Cerulário, que, por sua vez, pronunciou o anátema sobre o Papa, obtendo a adesão das demais Igrejas orientais, dando-se o que conhecemos como **Cisma do Oriente**.

Como outrora na luta pela evangelização dos bárbaros, também durante o século X caberá ao monaquismo salvar a Igreja. A reforma eclesial, tão profundamente necessária não se originou com o Papa, mas sim com os monges, especialmente em um mosteiro francês chamado **Cluny**. O mosteiro

Liturgia 1B

torna-se essa grande referência por dois motivos: (i) não estava sujeito ao Bispo local, o que lhe dava independência de escolher seu superior; e (ii) contou com um grande número de santos entre os seus abades. Com isso, vários mosteiros vinham pedir ajuda a Cluny e assim a reforma monástica começava a avançar os muros do mosteiro, chegando ao clero secular.

Contudo, a reforma de Cluny ainda alcançaria proporções universais, quando um de seus monges, de nome Hildebrando, é eleito Papa Gregório VII, em 1073. A chamada **Reforma Gregoriana** contou com diversas medidas, dentre elas: (i) proibição do ministério ao clérigo simoniaco; (ii) proibição de celebração para todo clérigo fornicador; (iii) veto à investidura leiga; (iv) centralização do poder e da autoridade do Papa.

À continuidade do papado de São Gregório VII, não se pode deixar de mencionar o Papa Inocêncio III, que conduziu o Concílio de Latrão IV.

Enquanto isso, na Liturgia...

1. Com São Gregório Magno, tem-se início ao que a SC chama de "canto próprio para a liturgia romana"¹⁰, o que hoje conhecemos como **canto gregoriano**. O canto gregoriano é um tipo de música monofônica, de ritmo livre. O texto utilizado como letra para as melodias é, quase que na totalidade, retirado da Sagrada Escritura, o que (i) isenta a música de possíveis erros teológicos; (ii) facilita sua vinculação com os textos bíblicos a serem utilizados nas leituras litúrgicas; e (iii) promove maior contato do fiel com a Palavra de Deus, de forma cantada, para facilitar a memorização.
2. Foi também o Papa Gregório Magno que, em resposta à auto-atribuição do Patriarca de Constantinopla com o título de *Ekumenikós*, atribuiu-se o título de **Servus Servorum Dei** (Servo dos Servos de Deus) – título até hoje utilizado pelos papas ao assinar documentos oficiais.
3. Desenvolve-se a **liturgia romana**, chamada de "pura", com as seguintes características: (i) sobriedade; (ii) grandeza de estilo literário dos textos litúrgicos; (iii) a oração sempre se orienta ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo; (iv) não há manifestações exteriores de veneração; e (v) a liturgia tem uma forte noção de vivência em comunidade e sempre está ligada a ela.
4. Nesse período, principalmente sob o rei Pepino e o Imperador Carlos Magno, a liturgia romana foi levada à capital do Império (grande parte do que hoje conhecemos como França e Alemanha) e adotada como liturgia oficial. Ao ter contato com a liturgia franco-germânica, o rito volta para Roma como **liturgia romano-franco-germânica**, tendo sido afetada com as seguintes características: (i) afetividade nas orações; (ii) simbolismo no vocabulário e na ação dramática; (iii) multiplicação das orações privadas; (iv) maior consciência de culpa; e (v) orações dirigidas a "Cristo, nosso Deus".
5. Para reforçar a consciência da autoridade e centralidade do poder papal, Gregório VII: (i) aboliu a liturgia hispânica; (ii) determinou que as festas dos papas santos fossem celebradas universalmente; e (iii) instituiu o juramento de fidelidade ao Papa na ordenação episcopal, conforme Augé (2007, p. 45).
6. Ainda segundo Augé (2007), os **objetivos da Reforma Gregoriana** eram: (i) aumentar o apreço pelo sacerdócio; (ii) cultivar o sentido de mistério nas celebrações; e (iii) abrir espaço às devoções.
7. Em sua luta pela reforma da Igreja, Gregório VII adotou a liturgia como mecanismo de mudança e moralização do clero. Interpretou a liturgia como **atividade própria do clérigo** e que exige retidão moral e santidade de vida para aqueles que são responsáveis por ela.



São Gregório VII

¹⁰ SC 116: "A Igreja reconhece o canto gregoriano como próprio da liturgia romana: portanto, entre seus similares, ocupa o primeiro lugar nas ações litúrgicas".

Liturgia 1B

8. Como a liturgia é o ato mais nobre da vida do clérigo, deve ser celebrada obrigatoriamente. Surge, então, a chamada **missa privada**, celebrada apenas por um sacerdote. Para que isso fosse possível num contexto de abundância de ministros ordenados, a solução foi a construção de diversos altares em uma mesma igreja. Dessa forma surgiram os **altares laterais** que hoje encontramos nas igrejas mais antigas.
9. O caráter de mistério acaba por causar medo naqueles que se aproximavam da comunhão.
10. A percepção dos sacramentos também muda nesse período. Eles deixam de ser vistos como aquilo que realmente são: celebração do mistério pascal de Cristo; e passam a ser encarados como um remédio misterioso, beirando um ato de superstição.

A celebração dos sacramentos

Batismo

- Desenvolvimento do modelo **ex opere operato**, para explicar a maneira como o sacramento pode ter sua eficácia, uma vez que a criança recebe o Batismo sem consciência do que acontece.

Confirmação

- Elaboração da **diferença** sistemática entre Batismo (o Espírito Santo que apaga os pecados) e Confirmação (o Espírito Santo que fortalece para a missão).

Eucaristia

- Como fruto do Concílio de Latrão IV, ficou estabelecida a ordem de comungar ao menos na Páscoa da Ressurreição; além de ter sido a primeira ocasião onde se usou o termo **transubstanciação**¹¹.
- O conceito de **simbolismo de Berengário** e a Solenidade de *Corpus Christi*:
"No século XI, Berengário de Tours se opõe ao realismo eucarístico de Lanfranco e de outros contemporâneos seus. Tenta reviver a doutrina dos Padres e, acima de tudo, o pensamento sacramental de Agostinho. Berengário usa a dialética como princípio fundamental de sua obra teológica, tanto ao desenvolver sua doutrina eucarística, como ao defendê-la dos adversários. Apoiando-se em afirmações agostinianas, nem sempre usadas de modo correto, vê no sacramento eucarístico, essencialmente, um símbolo, um signo; as duas espécies eucarísticas não são o verdadeiro corpo nem o verdadeiro sangue, mas uma figura e uma imagem (*similitudo*). Rechaça com vigor a mudança de substância do pão e do vinho, assim como a presença material do corpo e do sangue de Cristo. Não obstante, afirma que o pão, uma vez consagrado, é o corpo de Cristo, mas em termos espirituais, para a fé, e não materialmente."¹²
- No século XII, a Igreja começa a adotar o costume de distribuir a **comunhão somente sob a espécie do pão**. Segundo Bettencourt, até o século anterior, era costume distribuir a eucaristia sob as duas espécies. Essa mudança ocorreu motivada por preocupações higiênicas e também em relação a abusos ou profanações.

Reconciliação

- Das penitências tarifadas (modelo onde as penas são dadas conforme uma lista pré-estabelecida de pecados), passa-se às **indulgências** como forma alternativa às duras penas;

¹¹ "Pela consagração do pão e do vinho opera-se a mudança de substância do pão na substância do Corpo de Cristo nosso Senhor e de toda a substância do vinho na substância do seu Sangue; a esta mudança, a Igreja católica denominou-a com acerto e exatidão transubstanciação" (CIgC 1376).

¹² Borobio, 1990, p. 96 e 97.

Liturgia 1B

- Também fruto do Concílio de Latrão IV foi a ordem de confessar-se, ao menos, uma vez por ano.

Unção dos Enfermos

- Sacramento reservado ao momento da morte, por isso, passa a chamar-se **Extrema Unção**.

Ordem

- Cresce o abismo entre clérigos e leigos – dualismo que substituiu a antiga oposição entre cristãos e não-cristãos;
- Surge o rito da **unção das mãos** do presbítero, para realçar a grandeza do ato da celebração da Eucaristia, que ele estará apto a realizar.

Matrimônio

- Segundo o Papa Nicolau I, o **consentimento** é suficiente para que haja o matrimônio.

Atividades

Exercícios de revisão

A Liturgia de Gregório Magno a Gregório VII

1. Relacione as principais características da liturgia romano-franco-germânica.
2. Cite exemplos das mudanças oriundas da reforma de Gregório VII, no século XI.
3. Qual solenidade da Igreja surgiu devido à controvérsia com Berengário de Tours?
4. Explique o conceito de *ex opere operato* e diga porque seu desenvolvimento foi importante nesse período.
5. Por que Santo Tomás de Aquino achou por bem chamar de "extrema unção" o sacramento da unção dos enfermos?
6. O que era a missa privada? Qual sua consequência para a arquitetura das igrejas?
7. Assinale com um X os fatores que contribuíram para a rarefação da comunhão nesse período:
 - () vinculação da Igreja com o Estado
 - () colocação do altar no fundo das igrejas
 - () redução do uso popular da língua latina
 - () oração eucarística começa a ser rezada em voz baixa ou em silêncio
 - () perda do sentido de "ação de graças" e ênfase no milagre da presença real
 - () crescimento das comunidades
8. Nesse mesmo período, a rarefação da comunhão faz crescer o sentido de culto à Eucaristia. Cite alguns elementos que apontam para essa nova ênfase.

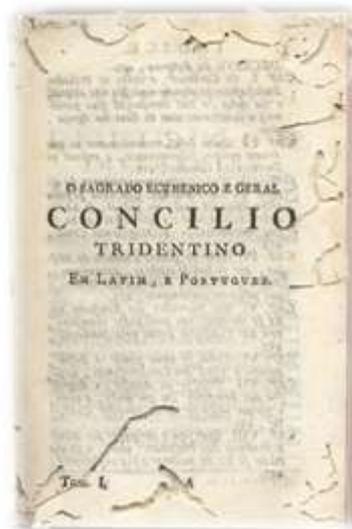


IV. A Liturgia do Concílio de Trento

Contexto histórico

Você se lembra dos temas abaixo?

- Reforma Protestante** – três refutações parecem ser as que mais afetam a área litúrgica: (i) Calvino nega o caráter de **sacrifício** da eucaristia; (ii) Lutero afirma a **presença real** na eucaristia, mas não aceita a transubstanciação - “em, com e sob os elementos”; Zwinglio diz ser em sentido figurado, pois Cristo está à direita do Pai e não pode estar na hóstia consagrada; Calvino, por sua vez, prega que Cristo não desce dos céus, mas nos leva até ele pelo Espírito; (iii) exigência da **comunhão nas duas espécies**, como Jesus realizou na última ceia.
- Concílio de Trento** – dividido em três fases: (i) de 1545 a 1547, de modo geral, trata da Sagrada Escritura e dos sacramentos do Batismo e da Reconciliação; (ii) de 1551 a 1552, cuida dos sacramentos da Eucaristia, Unção dos Enfermos e Confirmação; (iii) de 1561 a 1563, fala da comunhão sob duas espécies, do caráter sacrificial da missa e da doutrina dos sacramentos do Matrimônio e da Ordem. De modo geral, Matos (1997) sintetiza as vitórias de Trento em três áreas: fixou a doutrina católica em definições dogmáticas precisas, decretou numerosos documentos disciplinares, e incentivou e disciplinou a participação nos sacramentos.



Enquanto isso, na Liturgia...

- Panorama da liturgia no “outono” da Idade Média (ou Baixa Idade Média, séculos XI a XV):
 - Somente ver a hóstia já é suficiente (redução da participação na comunhão) – introdução dos **sinos** e da **elevação** das espécies eucarísticas após a consagração;
 - Multiplicação dos **altares laterais** das Igrejas;
 - Aumento do **ritualismo** exagerado;
 - Mudança na concepção popular dos sacramentos: os fiéis, em geral, deixaram de ver os sacramentos como memorial do Mistério Pascal de Cristo e passaram a encará-lo como **remédio misterioso** para cura dos males.
- Nesse período, surge a **Devotio Moderna**, que não é uma escola de espiritualidade, mas um movimento amplo, de caráter pedagógico, ou seja, que busca ensinar o homem a crescer como cristão. Tradicional e cristocêntrica, ela não introduz práticas novas na Igreja; somente coloca em destaque alguns princípios e aperfeiçoa métodos, colocando Cristo no centro da vida, não só sua Paixão, mas toda a sua vida, propondo que ela sirva de modelo para imitação.

Características da *Devotio Moderna*:

- despreza ciência humana da Escolástica;
- possui tendência moralizante prática e apostólica;
- possui tendência afetiva, que incentiva a santidade na vida cotidiana;
- prega uma vida espiritual metodizada, com um matiz mais individual do que litúrgico.

“CAPÍTULO 1

Da imitação de Cristo e desprezo de todas as vaidades do mundo

1. Quem me segue não anda nas trevas, diz o Senhor (Jo 8,12). São estas as palavras de Cristo, pelas quais somos advertidos que imitemos sua vida e seus costumes, se verdadeiramente queremos ser iluminados e livres de toda cegueira de coração. Seja, pois, o nosso principal empenho meditar sobre a vida de Jesus Cristo.
2. A doutrina de Cristo é mais excelente que a de todos os santos, e quem tiver seu espírito encontrará nela um maná escondido. Sucede, porém, que muitos, embora ouçam frequentemente o Evangelho, sentem nele pouco enlevo: é que não possuem o espírito de Cristo. Quem quiser compreender e saborear plenamente as palavras de Cristo é-lhe preciso que procure conformar à dele toda a sua vida.
3. Que te aproveita discutires sabiamente sobre a SS. Trindade, se não és humilde, desagradando, assim, a essa mesma Trindade? Na verdade, não são palavras elevadas que fazem o homem justo; mas é a vida virtuosa que o torna agradável a Deus. Prefiro sentir a contrição dentro de minha alma, a saber defini-la. Se soubesses de cor toda a Bíblia e as sentenças de todos os filósofos, de que te serviria tudo isso sem a caridade e a graça de Deus? Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade (Ecle 1,2), senão amar a Deus e só a ele servir. A suprema sabedoria é esta: pelo desprezo do mundo tender ao reino dos céus.”¹³
3. Como se pôde notar, “enquanto a liturgia tende a ligar as almas a Deus através de um contato objetivo com a humanidade de Cristo, vista como fonte real de redenção que se comunica aos seres humanos que com fé o encontram e o tocam no sinal sacramental, a *devotio moderna*, pelo contrário, busca um contato imediato, individual e pessoal, obtido por meio de um processo psicológico, ou seja, através de um esforço de meditação-contemplação da humanidade de Cristo. A imitação de Cristo não nasce da presença sacramental do Senhor, como desenvolvimento da mesma (...), mas procede de uma visão de Cristo que está diante de nós como exemplo desaparecido e que é tão mais válido quanto mais for capaz de impressionar a nossa sensibilidade (...)”¹⁴.
4. As resoluções do Concílio de Trento deram à Igreja um ar de vitória; um alívio após as sucessivas críticas do movimento protestante. “Uma atmosfera de triunfo e de festa invade também o recinto e a expressão cúlticos. As igrejas construídas no **Barroco** têm o ar de um elegante salão de espetáculos, com paredes de mármore e ouro, com pinturas no teto, ao qual não faltam os palcos e as galerias. (...) Esse é o século de ouro da polifonia.”¹⁵

A celebração dos sacramentos segundo o Concílio de Trento

Batismo

- **Cân. 5.** Se alguém disser que o batismo é livre, ou seja, não é necessário à salvação: seja anátema.
- **Cân. 7.** Se alguém disser que as pessoas batizadas, por seu batismo, estão obrigadas somente à fé e não à obediência de toda a lei de Cristo: seja anátema.
- **Cân. 10.** Se alguém disser que todos os pecados cometidos depois do batismo são perdoados ou se tornam veniais só com a recordação e a fé do batismo: seja anátema.
- **Cân. 12.** Se alguém disser que ninguém deve ser batizado a não ser na idade em que Cristo foi batizado ou no momento da morte: seja anátema.

¹³ Kempis, 2009, p. 23 e 24.

¹⁴ Marsili, 2009, p. 657.

¹⁵ Borobio, 1990, p. 118.

Liturgia 1B

Confirmação

- **Cân. 1.** Se alguém disser que a confirmação dos batizados é uma cerimônia inútil e não um verdadeiro e próprio sacramento; ou que, outrora, não foi mais que uma espécie de catequese, na qual os jovens, ao chegar à adolescência, davam contas de sua fé perante a Igreja: seja anátema.
- **Cân. 3.** Se alguém disser que o ministro ordinário da santa confirmação não é só o bispo, mas qualquer simples sacerdote: seja anátema.

Eucaristia

- **Cap. 2.** Portanto, nosso Salvador, ao deixar este mundo para ir ao Pai, instituiu este sacramento, no qual como que derramou as riquezas do seu amor divino para com os homens, “deixando o memorial de suas maravilhas” (Sl 111,4), e ordenou-nos que, ao recebê-lo, celebrássemos “sua memória” (1Cor 11,24) e proclamássemos sua morte, até que ele mesmo venha julgar o mundo (1Cor 11,26).
- **Cân. 1.** Se alguém negar que, no sacramento da Santíssima Eucaristia, está contido verdadeira, real e substancialmente o corpo e o sangue, juntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo e, portanto, o Cristo inteiro, mas disser que só estão como que em sinal ou em figura ou na eficácia: seja anátema.
- **Cân. 3.** Se alguém negar que sob a espécie só do pão é recebido o Cristo todo e inteiro, fonte e autor de todas as graças, porque, como alguns afirmam erroneamente, não se recebem ambas as espécies segundo a instituição do próprio Cristo: seja anátema.
- **Cân. 11.** Se alguém disser que na Missa não se oferece a Deus um sacrifício verdadeiro e próprio, ou que o ser oferecido não é mais do que Cristo ser dado a nós em alimento: seja anátema.

Reconciliação

- O Senhor instituiu o sacramento da penitência principalmente naquela ocasião em que, ressuscitado dos mortos, soprou sobre os apóstolos... (Jo 20,22s).
- Com efeito, se estes [que pecaram após seu batismo] se contaminarem depois com algum delito, devem, segundo a sua vontade, purificar-se, não por um novo batismo, o que de nenhum modo é lícito na Igreja católica, mas comparecendo como réus diante deste tribunal da penitência, a fim de poderem, pela sentença do sacerdote, libertar-se, não apenas uma vez, mas todas as vezes que, arrependidos de seus pecados, recorrerem a ele.
- A respeito do ministro deste sacramento, o santo Sínodo declara como falsas e inteiramente alheias à verdade do Evangelho todas as doutrinas que perniciosamente estendem o ministério das chaves a outros homens além dos bispos e sacerdotes.
- Os atos do penitente são como que a matéria deste sacramento, a saber: a contrição, a confissão e a satisfação.

Unção dos Enfermos

- **Cân 1.** Se alguém disser que a extrema-unção não é, no sentido verdadeiro e próprio, um sacramento instituído por Cristo, nosso Senhor (Mc 6,13) e promulgado pelo bem-aventurado Tiago Apóstolo, mas somente um rito recebido pelos Padres ou uma criação humana: seja anátema.
- **Cân 4.** Se alguém disser que (...) não é só o sacerdote ministro próprio da extrema-unção: seja anátema.

Liturgia 1B

Ordem

- **Cân. 1.** Se alguém disser que não há no Novo Testamento um sacerdócio visível e externo ou não existe um poder de consagrar e de oferecer o verdadeiro corpo e sangue do Senhor e de perdoar os pecados e retê-los, mas só a função e o simples ministério de pregar o Evangelho (...): seja anátema.
- **Cân. 6.** Se alguém disser que na Igreja católica não há uma hierarquia instituída por disposição divina e constando de bispos, presbíteros e ministros: seja anátema.

Matrimônio

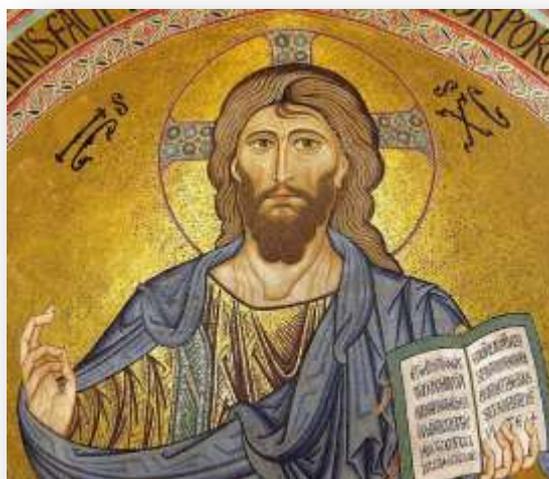
- **Cân. 1.** Se alguém disser que o matrimônio não é, verdadeira e propriamente, um dos sete sacramentos da Lei evangélica e instituído pelo Cristo Senhor, mas inventado por homens da Igreja, e que não confere a graça: seja anátema.
- **Cân. 4.** Se alguém disser que a Igreja não podia estabelecer impedimentos dirimentes do matrimônio, ou que errou ao estabelecê-los: seja anátema.
- **Cân. 7.** Se alguém disser que a Igreja erra, quando ensinou e ensina, segundo a doutrina evangélica e apostólica, que o vínculo do matrimônio não pode ser dissolvido (...): seja anátema.
- **Cân. 12.** Se alguém disser que as questões matrimoniais não são da competência dos juizes eclesiásticos: seja anátema.

Atividades

Questionário de revisão

A Liturgia no Concílio de Trento

1. Qual foi a ênfase do Concílio de Trento?
2. Qual a maior obra e maior limitação do Concílio?
3. Por que chamamos o período pós-tridentino de "era das rubricas"?
4. Quais foram os três principais pontos de ataque dos reformadores cristãos do século XVI?
5. Por que a Igreja não introduziu a liturgia em língua vernácula após o Concílio de Trento?





V. A Liturgia no Concílio Vaticano II e no pós-Concílio

Contexto histórico

É fundamental ter em mente o mundo onde vivia a Igreja antes do Concílio Vaticano II:

(i) Jansenismo – a teoria jansenista, que passou de sistema teológico a movimento de espiritualidade, praticamente nega o livre arbítrio. “Aqui tocamos o erro básico do Jansenismo: **Cristo não morreu por todos os homens**; a Igreja, na sua forma pura, é para poucos. A espiritualidade jansenista afeta um ponto básico da doutrina católica: a universalidade da salvação.”¹⁶

(ii) Iluminismo – Os pensadores iluministas propagavam “o racionalismo como uma espécie de nova religião com novos dogmas: a crença num progresso todo abrangente e retilíneo; a reivindicação de total liberdade; e, sobretudo, o **direito de criticar** tudo e todos”¹⁷. Do pensamento ilustrado também surge a concepção da **religião natural**, o chamado deísmo, que aceita a ideia da existência de Deus, porém, um Deus que não se manifesta no mundo.

(iii) Modernismo – “O Modernismo é uma tentativa de conciliar a fé e as ‘filosofias’ modernas de tipo imanentista. Os erros modernistas seguem uma linha agnóstica, imanentista e um evolucionismo radical”¹⁸. Em 1864, em meio às diversas doutrinas e formas de pensamento que ameaçavam a Igreja, o Papa Pio IX publicou a encíclica *Quanta Cura*, contendo um *Syllabus* com o resumo das falsas doutrinas divididas da seguinte maneira: “(i) Panteísmo, Naturalismo, Racionalismo absoluto; (ii) Racionalismo moderado; (iii) Indiferentismo, latitudinarismo (taxismo ou liberalismo moral; (iv) Socialismo, comunismo, sociedades clandestinas, sociedades bíblicas, sociedades clérigo-liberais; (v) Erros sobre a Igreja e seus direitos; (vi) Erros sobre a sociedade civil considerada em si e em suas relações com a Igreja; (vii) Erros sobre ética natural e ética cristã; (viii) Erros sobre o matrimônio cristão; (ix) Erros sobre o poder temporal do Romano Pontífice; e (x) Erros que se referem ao liberalismo do século XIX.”¹⁹

Não se pode perder de vista que os anos que seguiram o Concílio Vaticano II apresentaram e continuam a apresentar diversos desafios para a Igreja. Seleccionamos e listamos aqui algumas questões que podem impactar diretamente a celebração da liturgia católica:

(iv) A **Teologia da Libertação** foi um movimento que se desenvolveu, sobretudo e com maior intensidade, na América Latina, a partir dos anos de 1970. O fundamento dessa dita teologia é bíblico, com toda segurança: olhar para a realidade do povo mais pobre e oprimido e esforçar-se pela sua “libertação”, ou seja, pela melhoria de sua vida. O grande problema da Teologia da Libertação foi o exagero à essa opção pelos pobres, que o Magistério da Igreja, no Documento de Puebla, esclareceu como sendo, de forma correta, “opção preferencial e não-exclusiva pelos pobres”. Alguns filhos da Igreja, impregnados com os conceitos marxistas da luta de classes, buscaram revestir essa teoria com a mensagem cristã, gerando um grande equívoco na interpretação do Evangelho.

¹⁶ Matos, 1997, p. 155.

¹⁷ *Ibid*, p. 173.

¹⁸ Arce e Sada, 1992, p. 229.

¹⁹ Relação retirada de Bettencourt, **Curso de História da Igreja**, p. 193.

Liturgia 1B

(v) Sem dúvida, o **relativismo** não se originou após o Concílio Vaticano II, uma vez que podemos encontrar autores como Max Weber e Nietzsche, ambos do século XIX, já escrevendo sobre conceitos relativistas. De forma geral, o relativismo prega que não se pode chegar a uma verdade única e que todas as afirmações são desenvolvidas a partir de um ponto-de-vista, que não pode se fechar a outras possibilidades. Ou seja, o relativismo nega o verdadeiro absoluto, que, sob a nossa ótica, é o próprio Deus.

(vi) Outro grande mal do nosso tempo é a laicização da sociedade, isto é, a perda dos referenciais religiosos do povo. O **laicismo** reveste-se com o discurso de que se deva construir um Estado completamente isolado dos valores religiosos. Por outro lado, é fundamental lembrar que foram exatamente os valores religiosos que permitiram a construção de nossa sociedade pós-moderna. Nesse ponto, o que se deve defender é o direito a todos os cidadãos para, livremente, expressar suas crenças religiosas, sem opressão ou discriminação.

(vii) Os **movimentos neopentecostais** são uma corrente que, de certa forma, congrega diversas denominações cristãs não-católicas, por apresentarem praticamente as mesmas características de culto. Os primeiros movimentos neopentecostais surgiram nos Estados Unidos, no século XX. Além da forte ênfase ao Espírito Santo e aos exorcismos, uma das principais características desse movimento é a **Teologia da Prosperidade**, ou “confissão positiva”, que defende ser possível trazer à existência tudo aquilo que é “confessado” ou pedido com a boca, com fortes clamores a Deus.

Enquanto isso, na Liturgia...

1. Como praticamente todos os movimentos culturais, é possível perceber aspectos positivos e negativos no **Iluminismo**. Segundo Neunheuser (2007), o lado positivo afirma que “o Iluminismo lutou com razão contra o fausto exuberante do barroco; pela primeira vez pôs o acento no aspecto da pastoral litúrgica” (p. 197). Contudo, por outro lado, o movimento “permaneceu por demais prisioneiro da dimensão humanística, de um intelectualismo subjetivo. (...) Para o Iluminismo, a liturgia era pouco mais que um meio para a educação moral do homem, não a realização da adoração de Deus em espírito e verdade”²⁰.

2. “A restauração católica [do século XIX] tem como objetivo reconstruir aquilo que se supõe destruído pelo Iluminismo. Neste aspecto ela busca uma estreita ligação com Roma e com a Alta Idade Média. Esta posição caracteriza também a relação com a liturgia que ela pretende cultivar na sua suposta forma originária romana, como um valor digno de veneração e para o qual quer despertar entusiasmo. Exponente de destaque desta posição é o abade beneditino Prosper Guéranger (+1875), fundador da abadia de **Solesmes**. (...) [Afirma que **a Liturgia**] **é realmente o verdadeiro modelo da oração cristã, superando todas as escolas e métodos particulares.**”²¹



3. De forma mais abrangente, é possível considerar o período que compreende desde o Iluminismo até a restauração católica do século XIX como antecedente ou primeira fase do chamado **Movimento Litúrgico**, que alcançou sua fase clássica (e geralmente a única conhecida) do começo do século XX até culminar com o Concílio Vaticano II. Para pontuar o estudo do Movimento, podemos analisar um dos autores dos primórdios, na Alemanha, e três documentos Magisteriais: (i) o *Motu Proprio Tra Le*

²⁰ Neunheuser, 2007, p. 197.

²¹ Augé, 2007, p. 55 e 56.

Sollicitudine, do Papa Pio X; (ii) a Encíclica **Mediator Dei**, do Papa Pio XII; e (iii) a Constituição Dogmática **Sacrosanctum Concilium**, do Concílio Vaticano II.

4. **Romano Guardini** viveu entre 1885 e 1968. Tendo nascido na Itália, sua família se mudou para a Alemanha quando ele tinha apenas um ano de idade. Foi ordenado presbítero e, desde então, dedicou-se ao ensino e pesquisa acadêmica. Sua maior obra – e a que mais nos interessa – é chamada “O Espírito da Liturgia”, título semelhante ao escolhido pelo então Cardeal Ratzinger quando da publicação de uma obra de sua autoria, em 1999. Veja um trecho do livro, retirado do Capítulo 1, intitulado “A Oração Litúrgica”:



“Um velho provérbio teológico diz: ‘Nada feito pela natureza e pela graça é feito em vão’. Natureza e graça obedecem suas próprias leis, que são baseadas em certas hipóteses estabelecidas. Tanto a vida natural da alma, quanto a sobrenatural, quando vividas de acordo com esses princípios, se mantêm saudáveis, desenvolvem-se e são enriquecidas. Em casos isolados, as regras podem ser deixadas de lado sem perigo, quando esse caminho é exigido ou relevado devido a um distúrbio espiritual, necessidade imperativa, ocasião extraordinária, fim importante sob uma perspectiva, ou semelhante. No fim, contudo, isso não pode ser feito impunemente. Assim como a vida do corpo entra em trajetória descendente e é interrompida quando as condições de crescimento não são observadas, também assim ocorre na vida espiritual e religiosa – ela adoce, perdendo seu vigor, força e unidade.

(...)

A Liturgia católica é o supremo exemplo de uma regra de vida espiritual objetivamente estabelecida. Ela foi capaz de desenvolver-se ‘kata tou holou’, que quer dizer, em toda direção e de acordo com todos os lugares, tempos e tipos de cultura. Portanto, ela será a melhor mestra da ‘**via ordinaria**’ – a regra da vida religiosa em comum, com, ao mesmo tempo, um olhar para as necessidades concretas e exigências.

(...)

Ação litúrgica e oração litúrgica são conseqüências lógicas de certas premissas morais – o desejo de justificação, contrição, disposição ao sacrifício, dentre outros – e remete, mais uma vez, às ações morais.

(...)

A oração deve ser simples, salutar e poderosa. Ela deve estar estreitamente relacionada com a realidade e não deve temer chamar as coisas pelos nomes. Na oração, nós devemos encontrar nossa vida inteira mais uma vez. Por outro lado, ela precisa ser rica em ideias e em imagens poderosas, e precisa usar uma linguagem desenvolvida, contudo restrita; sua construção deve ser clara e óbvia para os mais simples, estimulante e refrescante para os intelectuais. Ela deve ser intimamente permeada com uma erudição, que não seja, de forma alguma, demasiada, mas que esteja enraizada na capacidade da expectativa espiritual futura e no controle interior do pensamento, da volição e da emoção.

E essa é precisamente a maneira segundo a qual se formou a oração litúrgica.”

5. **Odo Casel** (1886-1948) foi monge beneditino da importantíssima Abadia de Maria Laach. Todos os seus escritos estão voltados, de certa forma, ao tema do mistério. Para isso, Odo Casel vai buscar nas fontes da Tradição a autêntica doutrina cristã. Foi ele o responsável por lançar as ideias para o fundamento teológico da liturgia. Nas palavras do Papa Bento XVI: “Talvez a doutrina dos mistérios de Dom Odo Casel seja o pensamento teologicamente mais fecundo de nosso século”.



“Cristo é o Mistério em pessoa, porque revela na carne a divindade invisível. Os atos de seu esvaziamento, sobretudo sua morte sacrificial na cruz, são mistérios, porque Deus neles se revela num modo que ultrapassa toda medida humana. Mas são mistérios sobretudo sua ressurreição e sua exaltação, porque a glória divina se revelou no homem Jesus de uma forma escondida ao mundo e patente só a quem crê. Este

“Mistério de Cristo” os apóstolos anunciaram à Ekklesía, e a Ekklesía o transmite a todas as gerações. Mas, como o plano salvífico não compreende só pura doutrina, mas, em primeiro plano, a ação salvífica de Cristo, assim também a Igreja conduz a humanidade à salvação não só pela palavra, mas por ações sagradas. Pela fé e pelos mistérios Cristo vive na Igreja.”

5. *Motu Proprio Tra Le Sollicitudine*, do Papa Pio X, de 1903, sobre a música sacra:



“Entre os cuidados do ofício pastoral, não somente desta Suprema Cátedra, que por imperscrutável disposição da Providência, ainda que indigno, ocupamos, mas também de todas as Igrejas particulares, é, sem dúvida, um dos principais o de manter e promover o decoro da Casa de Deus, onde se celebram os augustos mistérios da religião e o povo cristão se reúne, para receber a graça dos Sacramentos, assistir ao Santo Sacrifício do altar, adorar o augustíssimo Sacramento do Corpo do Senhor e unir-se à oração comum da Igreja na celebração pública e solene dos ofícios litúrgicos.

Nada, pois, deve suceder no templo que perturbe ou, sequer, diminua a piedade e a devoção das fiéis, nada que dê justificado motivo de desgosto ou de escândalo, nada, sobretudo, que diretamente ofenda o decoro e a santidade das sacras funções e seja por isso indigno da Casa de Oração e da

majestade de Deus.

Sendo de fato nosso vivíssimo desejo que o espírito cristão refloresça em tudo e se mantenha em todos os fiéis, é necessário prover antes de mais nada à santidade e dignidade do templo, onde os fiéis se reúnem precisamente para haurirem esse espírito da sua primária e indispensável fonte: **a participação ativa nos sacrossantos mistérios e na oração pública e solene da Igreja.**

(...)

E por isso, de própria iniciativa e ciência certa, publicamos a Nossa presente instrução; será ela como que um código jurídico de Música Sacra; e, em virtude da plenitude de Nossa Autoridade Apostólica, queremos que se lhe dê força de lei, impondo a todos, por este Nosso quirógrafo, a sua mais escrupulosa observância.

1. A música sacra, como parte integrante da Liturgia solene, participa do seu fim geral, que é a glória de Deus e a santificação dos fiéis. A música concorre para aumentar o decoro e esplendor das sagradas cerimônias; e, assim como o seu ofício principal é revestir de adequadas melodias o texto litúrgico proposto à consideração dos fiéis, assim o seu fim próprio é acrescentar mais eficácia ao mesmo texto, a fim de que por tal meio se excitem mais facilmente os fiéis à piedade e se preparem melhor para receber os frutos da graça, próprios da celebração dos sagrados mistérios.

2. Por isso a música sacra deve possuir, em grau eminente, as qualidades próprias da liturgia, e nomeadamente a santidade e a delicadeza das formas, donde resulta espontaneamente outra característica, a universalidade.

Deve ser santa, e por isso excluir todo o profano não só em si mesma, mas também no modo como é desempenhada pelos executantes.

Deve ser arte verdadeira, não sendo possível que, doutra forma, exerça no ânimo dos ouvintes aquela eficácia que a Igreja se propõe obter ao admitir na sua liturgia a arte dos sons. Mas seja, ao mesmo tempo, universal no sentido de que, embora seja permitido a cada nação admitir nas composições religiosas aquelas formas particulares, que em certo modo constituem o caráter específico da sua música própria, estas devem ser de tal maneira subordinadas aos caracteres gerais da música sacra que ninguém doutra nação, ao ouvi-las, sinta uma impressão desagradável.”

Liturgia 1B

6. Encíclica **Mediator Dei**, do Papa Pio XII, de 1947, sobre a Sagrada Liturgia:

“4. Certamente conheceis, veneráveis irmãos, que, no fim do século passado e nos princípios do presente, houve singular **fevor de estudos litúrgicos**; já por louvável iniciativa de alguns particulares, já sobretudo pela zelosa e assídua diligência de vários mosteiros da ínclita ordem beneditina; assim que não somente em muitas regiões da Europa, mas ainda nas terras de além-mar, se desenvolveu a esse respeito uma louvável e útil emulação, cujas benéficas consequências foram visíveis, quer no campo das disciplinas sagradas, onde os ritos litúrgicos da Igreja oriental e ocidental foram mais ampla e profundamente estudados e conhecidos, quer na vida espiritual e íntima de muitos cristãos. **As augustas cerimônias do sacrifício do altar foram mais conhecidas, compreendidas e estimadas; a participação aos sacramentos maior e mais frequente; as orações litúrgicas mais suavemente saboreadas e o culto eucarístico tido, como verdadeiramente o é, por centro e fonte da verdadeira piedade cristã.** Além disso, pôs-se em mais clara evidência o fato de que todos os fiéis constituem um só e compacto corpo de que é Cristo a cabeça, com o consequente dever para o povo cristão de participar, segundo a própria condição, dos ritos litúrgicos.”²²



Encontram-se, abaixo, os temas da primeira parte do documento:

- I) A Liturgia é culto público
- II) A Liturgia é culto externo e interno
- III) A Liturgia é regulada pela hierarquia eclesiástica
- IV) Progresso e desenvolvimento da Liturgia
- V) Tal progresso não pode ser deixado ao arbítrio de particulares

7. Constituição **Sacrosanctum Concilium**, do Concílio Vaticano II, de 1964, sobre a Sagrada Liturgia:

A constituição não trata apenas de “considerar as [reformas] que poderíamos definir como reformas espetaculares, como a comunhão sob duas espécies, a concelebração e a adoção da língua vernácula para o uso litúrgico. Trata-se, sobretudo, de uma visão mais profunda e de uma ideia mais completa do que é liturgia e de como ela, em conformidade com este melhor conhecimento que dela temos, deve encontrar a fonte que melhor se adapta ao nosso mundo de hoje.”²³

8. Carta Apostólica **Dies Domini**, de João Paulo II, em 31.05.1998, sobre o domingo:

“Exorto-vos, portanto, amados Irmãos no episcopado e no sacerdócio, a trabalhar incansavelmente, unidos com os fiéis, para que o **valor deste dia sagrado seja reconhecido e vivido cada vez melhor.** Isto produzirá frutos nas comunidades cristãs, e não deixará de exercer uma benéfica influência sobre toda a sociedade civil.

Os homens e as mulheres do terceiro Milênio, ao encontrarem a Igreja que cada domingo celebra alegremente o mistério donde lhe vem toda a sua vida, possam encontrar o próprio Cristo ressuscitado. E os seus discípulos, renovando-se constantemente no memorial semanal da Páscoa, tornem-se anunciadores cada vez mais credíveis do Evangelho que salva e construtores ativos da civilização do amor.”²⁴



²² MD, nº 4.

²³ Triacca, 1992, p. 797.

²⁴ *Dies Domini*, nº 87.

9. Carta Apostólica ***Spiritus et Sponsa***, de João Paulo II, em 04.12.2003, no 40º aniversário da *Sacrosanctum Concilium*:

“Depois do primeiro período, em que houve uma inserção gradual dos textos renovados no contexto das celebrações litúrgicas, torna-se agora necessário **um aprofundamento das riquezas e das potencialidades** que eles encerram em si mesmos. Na base deste aprofundamento deve existir um princípio de plena fidelidade à Sagrada Escritura e à Tradição, autorizadamente interpretadas, de modo particular pelo Concílio Vaticano II, cujos ensinamentos foram confirmados e desenvolvidos no Magistério sucessivo.”²⁵

10. Instrução ***Redemptionis Sacramentum***, da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, sobre alguns aspectos que se devem observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia:

A Instrução não oferece um conjunto de normas relativas à Santíssima Eucaristia, mas sim retoma alguns elementos já expostos e estabelecidos, porém algumas vezes esquecidos ou alterados.

A observância meramente exterior das normas não nos leva ao encontro com o Cristo Vivo. Por isso, a Igreja insiste que “o ato externo deve ser iluminado pela fé e pela caridade que nos unem a Cristo e uns aos outros e geram o amor para com os pobres e os aflitos. Além disso, as palavras e os ritos da liturgia são expressão fiel e amadurecida nos séculos dos sentimentos de Cristo e nos ensinam a sentir com ele.” (RS 5)

“A Eucaristia é um dom demasiado grande para suportar ambiguidades e reduções.”

João Paulo II (*Ecclesia de Eucharistia*)

- Todos os fiéis gozam do direito de ter uma liturgia verdadeira, que siga o que é prescrito nos livros litúrgicos, isto é, que seja como a Igreja quis e estabeleceu (RS 12).
- “Todos (...) estão sujeitos à autoridade do bispo diocesano em tudo que se refere à matéria litúrgica.” (RS 23)
- Os sacerdotes não devem, em fidelidade ao que prometeram em sua ordenação, esvaziar o significado profundo do mistério eucarístico, deformando a celebração litúrgica com mudanças, reduções ou acréscimos arbitrários (RS 31).
- “A eficácia das ações litúrgicas não consiste na contínua modificação dos ritos, mas no aprofundamento da Palavra de Deus e do mistério celebrado.” (RS 39)
- “(...) a participação dos fiéis na celebração da Eucaristia e dos outros ritos da Igreja não pode ser reduzida a mera presença, muito menos passiva, mas deve ser considerada um verdadeiro exercício da fé e da dignidade batismal.” (RS 37)
- **Participação ativa** não significa fazer algo concretamente, mas sim participar com **compreensão plena** acerca do mistério celebrado.

“Todos (...) façam somente e tudo aquilo que é de sua competência.”

(*Sacrosanctum Concilium*)

A CORRETA CELEBRAÇÃO DA SANTA MISSA:

- A oração eucarística não pode ser alterada (RS 51);

²⁵ *Spiritus et Sponsa*, nº 7.

Liturgia 1B

- O sacerdote é o único que pode dizer a oração eucarística (RS 52);
- Enquanto o sacerdote diz a oração eucarística, “calam-se os instrumentos e as vozes” (RS 53);
- A hóstia grande não deve ser partida no momento da consagração (RS 55);
- A proclamação da Palavra de Deus deve ser dignamente preparada (RS 58);
- Ninguém, quer seja sacerdote, diácono ou fiel, pode alterar textos da sagrada liturgia por ele pronunciado (RS 59);
- Não é permitido omitir ou substituir as leituras, nem mesmo o salmo (RS 62);
- A leitura do Evangelho, por tradição da Igreja, é reservada ao diácono ou sacerdote (RS 63);
- A homilia deve se concentrar no mistério da salvação, baseando-se nas leituras e nos textos litúrgicos (RS 67);
- Cada um deve dar a paz somente àqueles que lhe estão mais próximos, de modo sóbrio. Não se deve executar qualquer canto para dar a paz (RS 72);
- A Santa Missa não deve ser celebrada numa mesa de refeição para que não se assemelhe a qualquer refeição (RS 77).

A SANTA COMUNHÃO:

- Quando o comungante recebe a hóstia na mão, ele deve comungar diante do ministro, de modo que ninguém se afaste levando na mão a espécie eucarística. Se houver perigo de profanação, não se deve distribuir a hóstia na mão (RS 92);
- Não é permitido aos fiéis pegarem por si a sagrada hóstia ou o sagrado cálice (RS 94);
- Não é permitido que o comungante molhe por si mesmo a hóstia no cálice, nem receba na mão a hóstia molhada (RS 104).

A CONSERVAÇÃO DA SANTÍSSIMA EUCARISTIA E O SEU CULTO FORA DA MISSA:

- As espécies sejam conservadas para serem levadas aos doentes ou anciãos que não puderem ir à missa. Além disso, os fiéis devem prestar adoração ao Santíssimo Sacramento conservado nas Igrejas (RS 129);
- O Santíssimo Sacramento jamais deve permanecer exposto sem guarda suficiente (RS 138).

AS FUNÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DOS FIÉIS LEIGOS

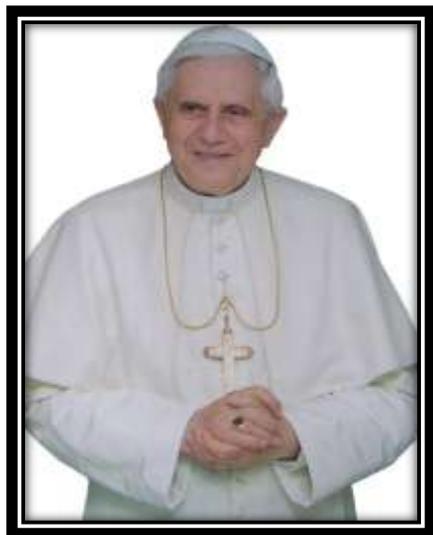
- “Somente em caso de verdadeira necessidade se deverá recorrer à ajuda dos ministros extraordinários na celebração da liturgia. De fato, isso não está previsto para assegurar uma participação mais plena dos leigos, mas é por sua natureza supletivo e provisório. Além disso, se por necessidade se recorrer aos ofícios dos ministros extraordinários, multipliquem-se as orações especiais e contínuas ao Senhor, a fim de que envie logo um sacerdote para o serviço da comunidade e suscite com abundância as vocações às Ordens sagradas.” (RS 151)
- Se os ministros sagrados forem suficientes para distribuir a sagrada comunhão, os MESCs não devem ser delegados para essa tarefa (RS 157).

OS REMÉDIOS

- “De modo absolutamente particular, segundo as possibilidades, todos procurem fazer com que o Santíssimo Sacramento da Eucaristia seja preservado de qualquer forma de irreverência e aberração, e todos os abusos sejam totalmente corrigidos. Essa é tarefa de máxima importância para todos e para cada um, e todos são obrigados a realizar tal obra, sem nenhum favoritismo.” (RS 183)

Liturgia 1B

11. Exortação Apostólica ***Sacramentum Caritatis***, de Bento XVI, em 22.02.2007, sobre Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja:



“O Concílio Vaticano II colocara, justamente, uma ênfase particular sobre a participação ativa, plena e frutuosa de todo o povo de Deus na celebração eucarística. A renovação operada nestes anos proporcionou, sem dúvida, notáveis progressos na direção desejada pelos padres conciliares; mas não podemos ignorar que **houve, às vezes, qualquer incompreensão precisamente acerca do sentido desta participação**. Convém, pois, deixar claro que não se pretende, com tal palavra, aludir a **mera atividade exterior durante a celebração**; na realidade, a participação ativa desejada pelo Concílio deve ser entendida, em termos mais substanciais, a partir duma **maior consciência do mistério que é celebrado e da sua relação com a vida quotidiana**. Permanece plenamente válida ainda a recomendação da Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* feita aos fiéis quando os exorta a não assistirem à liturgia eucarística ‘como estranhos ou espectadores mudos », mas a participarem ‘na ação sagrada, consciente, ativa e piedosamente’. E o Concílio,

desenvolvendo seu pensamento, prossegue: Os fiéis ‘sejam instruídos pela palavra de Deus; alimentem-se à mesa do corpo do Senhor; dêem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, que não só pelas mãos dele, a hóstia imaculada; que, dia após dia, por Cristo Mediador, progridam na unidade com Deus e entre si.’ (SC 52)

“O que acabo de afirmar não deve, porém, ofuscar o valor destas grandes liturgias; penso neste momento, em particular, às celebrações que têm lugar durante encontros internacionais, cada vez mais frequentes hoje, e que devem justamente ser valorizadas. A fim de exprimir melhor a unidade e a universalidade da Igreja, quero recomendar o que foi sugerido pelo Sínodo dos Bispos, em sintonia com as diretrizes do Concílio Vaticano II: excetuando as leituras, a homilia e a oração dos fiéis, é bom que tais celebrações sejam em língua latina; **sejam igualmente recitadas em latim as orações mais conhecidas da tradição da Igreja e, eventualmente, entoadas algumas partes em canto gregoriano.**” (SC 62)

12. Motu Proprio ***Summorum Pontificum***, de Bento XVI, em 07.07.2007, sobre a Liturgia romana anterior à reforma de 1970:

“Em primeiro lugar, há o temor de que seja aqui afetada a autoridade do Concílio Vaticano II e que uma das suas decisões essenciais – a reforma litúrgica – seja posta em dúvida. Tal receio não tem fundamento. A este respeito, é preciso antes de mais afirmar que o Missal publicado por Paulo VI, e reeditado em duas sucessivas edições por João Paulo II, obviamente é e permanece a Forma normal – a **Forma ordinária** – da Liturgia Eucarística. A última versão do *Missale Romanum*, anterior ao Concílio, que foi publicada sob a autoridade do Papa João XXIII em 1962 e utilizada durante o Concílio, poderá, por sua vez, ser usada como **Forma extraordinária** da Celebração Litúrgica. Não é apropriado falar destas duas versões do Missal Romano como se fossem ‘dois ritos’. Trata-se, antes, de **um duplo uso do único e mesmo Rito**.

(...)

Em segundo lugar, nas discussões à volta do esperado *Motu Proprio*, manifestou-se o temor de que uma possibilidade mais ampla do uso do Missal de 1962 levasse a desordens ou até a divisões nas comunidades paroquiais. Também este receio não me parece realmente fundado. O uso do Missal antigo pressupõe um certo grau de formação litúrgica e o conhecimento da língua latina; e quer uma quer outro não é muito frequente encontrá-los. Por estes pressupostos concretos, já se vê claramente que o novo Missal permanecerá, certamente, a

Liturgia 1B

Forma ordinária do Rito Romano, não só porque o diz a normativa jurídica, mas também por causa da situação real em que se encontram as comunidades de fiéis.

(...)

Não existe qualquer contradição entre uma edição e outra do *Missale Romanum*. Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado e grande também para nós, e não pode ser de improviso totalmente proibido ou mesmo prejudicial. Faz-nos bem a todos conservar as riquezas que foram crescendo na fé e na oração da Igreja, dando-lhes o justo lugar. Obviamente, para viver a plena comunhão, também os sacerdotes das Comunidades aderentes ao uso antigo não podem, em linha de princípio, excluir a celebração segundo os novos livros. De fato, não seria coerente com o reconhecimento do valor e da santidade do novo rito a exclusão total do mesmo.”



Os Cantos do Ordinário na História²⁶

Os cantos do ordinário da Missa são cantos invariáveis em seu texto e precisam ser respeitados como textos litúrgicos oficiais. Não obstante, as adaptações do texto e as paráfrases proliferaram nestes anos de reforma conciliar. É preciso, acima de tudo, respeitar a assembleia, que deseja cantar músicas que carregam séculos de tradição e que foram cantadas pelos cristãos desde os tempos mais remotos, ultrapassando perseguições, formando uma personalidade musical e poética genuinamente cristã. É mais nobre cantar séculos de tradição do que cantar inspirações poéticas particulares, por melhores que tenham sido as intenções de seus autores.

1. Kyrie Eleison

O Kyrie Eleison parece provir das orações dos fiéis. Estas desapareceram da missa, permanecendo a resposta da ladainha do povo: *kyrie, eleison*, que foi transferida para o começo da missa. A partir do século IX, ficou estabelecido o número de nove para os *kyries*, aos quais foi atribuído um sentido trinitário: três vezes ao Pai, três ao Filho e três ao Espírito Santo, talvez por influência da liturgia galicana, hoje desaparecida, desejosa de demonstrar em suas cerimônias o mistério trinitário. Originalmente, todavia, seu sentido não foi trinitário, mas sim cristológico. Tal é o sentido que se restabeleceu na reforma conciliar: "É um canto mediante o qual os fiéis aclamam o Senhor e imploram sua misericórdia" (IGMR).

2. Hino de louvor

É uma das mais antigas peças da liturgia. Remonta ao século II e foi precedida pelo hino *Laus Magna*, também do século II. Incorporou-se à liturgia romana por ocasião do Natal, por começar com as palavras do cantos dos anjos em Belém (Lc 2,14). O *Liber Pontificalis* (século VI) atesta, como antigo costume, que para a missa do galo se intercalava entre o salmo e a coleta o canto do glória. Isso somente uma vez por ano. O papa Símaco (514 d.C.) ordenou que se cantasse nos domingos e festas dos mártires, quando celebradas por um papa ou bispo. Pouco a pouco o privilégio foi-se ampliando, até que, entre os séculos VIII e XI, seu uso foi generalizado. De origem oriental, é um hino que une ocidente e oriente.

3. Santo

Com esse triságio, ou canto de triunfo, canto de serafins, como se chamou, toda a assembleia se une às hierarquias celestes em liturgia cósmica, diante do Senhor do Universo.

A incorporação do *santus* à missa é tão remota que figura em todas as liturgias. De origem oriental, parece datar de fins do século II, mas antes de ser aceito pela liturgia, era muito usual nos atos de piedade privados, como hino em honra de Cristo. O *benedictus* incorporou-se ao *sanctus* no século XV.

4. Cordeiro de Deus

O papa Sérgio (687 d.C.) quis que o rito da fração do pão fosse acompanhado com algum canto por parte do povo e estabeleceu o canto do *Agnus Dei*, inspirado nas palavras de João Batista ao ver o redentor. No início era um canto litânico, contudo, no século XI, o número de invocações foi limitado a três. As contínuas vicissitudes sofridas pela paz durante o século XI fizeram com que se trocasse o terceiro *miserere nobis* por *dona nobis pacem*.

Os Cantos Processionais na História

1. Canto de entrada

Nasce em Roma, entre os séculos IV e V, a partir da solenização dos ritos litúrgicos e construção das basílicas, para acompanhar a procissão solene de entrada do papa e de seu cortejo. O texto, extraído do livro dos salmos, foi reduzido devido à construção das sacristias, até tornar-se uma antífona.

2. Canto de apresentação das oferendas

No início, a apresentação das oferendas era feita em silêncio. Já desde o século IV introduziu-se o costume de cantar um salmo à maneira de antífona.

3. Canto de comunhão

É o processional mais antigo da missa e também o que se conservou durante mais tempo. Começou a introduzir-se em algumas Igrejas no século IV e aparece na Igreja de Roma, definitivamente aceito, no século V. Inicialmente, era sempre o Sl 34(33), com sua antífona "Provem e vejam como o Senhor é bom". A partir do século VI, passou-se a variar o texto. Com a redução da comunhão dos fiéis, foi reduzindo de tamanho, até se tornar uma antífona, cantada após a comunhão do sacerdote e dos fiéis.

²⁶ Alcade, 1998 (texto adaptado)

TEXTO 1

O OFÍCIO DIVINO NO RITO ROMANO

Thiago Santos de Moraes²⁷

Do Breviário à Liturgia das Horas

A *Liturgia das Horas* recebeu vários nomes na história. O mais difundido foi o de *Breviário*, que indicava a reunião em um só volume, para facilitar a recitação individual, de todos os elementos necessários para celebrar o Ofício Divino, como salmos, leituras, hinos, etc. Mas esse nome encerrava uma mentalidade privatista e reducionista da prece eclesial que sempre se quis corrigir (pelo menos desde Trento), mas que o caminhar turbulento da Igreja sempre adiava.

Depois do Vaticano II, recuperaram seu significados expressões *Ofício Divino* e *Liturgia das Horas*. *Ofício* quer dizer serviço cultural e ação litúrgica (ou seja, pública), e *divino* indica em honra de quem se realiza a celebração. Essa expressão é equivalente à *Opus Dei* (*Obra de Deus*), segundo a expressão de São Bento (Regra 43, 3): “Nada se anteponha à obra de Deus.”

O segundo nome faz alusão à prece eclesial distribuída segundo as horas do dia.

Nesse sentido, o *Ofício Divino* é verdadeira liturgia, exercício do sacerdócio de Jesus Cristo para a santificação dos homens e para o culto a Deus (*Sacrosanctum Concilium* 7), e, conseqüentemente, celebração de toda a Igreja, ou seja, oração de Cristo ao Pai com seu corpo eclesial (SC 84). Por esse motivo dever-se-á preferir sempre a celebração comunitária, com assistência e participação ativa dos fiéis, à recitação individual e quase particular (SC 26-27).

Antecedentes do Ofício Divino

A origem da oração das horas deve ser buscada na oração do Divino Mestre e das comunidades católicas primitivas, que observavam os ritmos da oração judaica.

A oração judaica na época do Novo Testamento

Jesus nasceu num povo que sabia orar, no seio de uma família piedosa que observava com amor e fidelidade os preceitos do Senhor.

Completados que foram os oito dias para ser circuncidado o menino, foi-lhe posto o nome de Jesus, como lhe tinha chamado o anjo, antes de ser concebido no seio materno.

Concluídos os dias de sua purificação segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para o apresentar ao Senhor, conforme o que está escrito na lei do Senhor: “*Todo primogênito do sexo masculino será consagrado ao Senhor*” (Êx. XIII, 2); para oferecerem o sacrifício prescrito pela lei do Senhor, um par de rolas ou dois pombinhos. (Lucas II, 21-24)

Num mundo politeísta, que desprezava a oração como absurda e inútil, e que reduziu a religião a um conjunto de práticas sangrentas e obscenas, Jesus participava na prece do povo instruído na oração pelo próprio Deus através da Revelação. A prática judaica da prece compreendia três momentos de oração durante o dia: ao cair da tarde, ao amanhecer e ao meio dia.

“Pela tarde, de manhã e ao meio-dia lamentarei e gemerei; e ele ouvirá minha voz.” (Sl 54, 18)

Ouvindo essa notícia, Daniel entrou em sua casa, a qual tinha no quarto de cima janelas que davam para o lado de Jerusalém. Três vezes ao dia, ajoelhado, como antes, continuou a orar e louvar Deus. (Dn 6, 11) Desses momentos, dois estavam unidos aos sacrifícios perpétuos, que eram oferecidos todos os dias no Templo.

O Senhor disse a Moisés: “Ordena o seguinte aos israelitas: cuidareis de apresentar no devido tempo a minha oblação, o meu alimento, em sacrifícios de agradável odor consumidos pelo fogo.”

“Dir-lhes-ás: eis o sacrifício pelo fogo que oferecereis ao Senhor: um holocausto quotidiano e perpétuo de dois cordeiros de um ano, sem defeito. Oferecerás um pela manhã e outro entre as duas da tarde, juntando, à guisa de oblação, um décimo de efá de flor de farinha amassada com um quarto de hin de óleo de olivas esmagadas. Este é o holocausto perpétuo tal como foi feito no monte Sinai, um sacrifício pelo fogo de suave odor para o Senhor. A libação será de um quarto de hin para cada cordeiro; é no

²⁷ **MORAES, Thiago Santos de.** Apostolado Veritatis Splendor: *O OFÍCIO DIVINO NO RITO ROMANO*. Disponível em <http://www.veritatis.com.br/article/5498>. Desde 05/12/2008 (adaptado).

Liturgia 1B

santuário que farás ao Senhor a libação de vinho fermentado. Oferecerás, entre as duas tardes, o segundo cordeiro; e farás a mesma oblação e a mesma libação como de manhã: este é um sacrifício pelo fogo, de suave odor para o Senhor.” (Nm 28, 2-8)

Desse modo, a oração era santificada pelo sacrifício. Ao se deitar e ao se levantar se recitava o *Shemá Ysrael* (*Escuta Israel*), a profissão de fé no Deus único.

“Ouve, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todas as tuas forças. Os mandamentos que hoje te dou serão gravados no teu coração. Tu os inculcarás a teus filhos, e deles falarás, seja sentado em tua casa, seja andando pelo caminho, ao te deitares e ao te levantares. Atá-los-ás à tua mão como sinal, e os levarás como uma faixa frontal diante dos teus olhos. Tu os escreverás nos umbrais e nas portas de tua casa.” (Dt 6, 4-9)

Jesus também o recitava.

Jesus respondeu-lhe: “O primeiro de todos os mandamentos é este: *Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor; amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu espírito e de todas as tuas forças.* (Mc 12, 29-30)

Ao meio-dia se diziam as bênçãos da *Thepillah*. Essa prece pertencia ao culto da sinagoga (que, salvo engano, só surgiu no exílio babilônico).

A liturgia judaica incluía, além disso, uma ampla variedade de hinos, salmos e orações para as festas, para as peregrinações ao Templo e para a liturgia doméstica, na qual se destacavam as bênçãos ao cair da tarde (lucernário) e ação de graças da ceia. Nesse ambiente de oração Jesus viveu, de modo que “o louvor a Deus ressoa no coração de Cristo com palavras humanas de adoração, propiciação e intercessão” (Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas 3).

A oração de Jesus

“Cristo Jesus, ao assumir a natureza humana, trouxe para este exílio terreno aquele hino que é cantado por todo o sempre nas habitações celestes” (IGLH 3; SC 83). A oração de Nosso Senhor em sua vida terrena foi a expressão do colóquio eterno do Verbo com o Pai no Espírito Santo, e o anúncio da mediação sacerdotal que continua agora nos Céus.

Mas o ensinamento mais original e importante é o que se refere ao próprio conteúdo da oração. Esse conteúdo está condensado numa palavra: *Abba*, Pai!, expressão da relação filial a título único entre o Filho Jesus Cristo e o Pai. A revelação dessa relação foi seguida da doação do Espírito Santo, que torna possível a filiação divina adotiva e que todos os discípulos do Divino Mestre possam invocar a Deus. Por isso, o Pai-Nosso é o supremo modelo da oração cristã.

A *Didaché*, em fins do século I, é testemunha da substituição do *Shemá* pelo Pai-Nosso nos círculos judeu-católicos, também três vezes ao dia:

“Também não rezeis como os hipócritas, mas como o Senhor mandou no seu Evangelho: Nosso Pai no céu, que teu nome seja santificado, que teu reino venha, que tua vontade seja feita na terra, assim como no céu; dá-nos hoje o pão necessário (cotidiano), perdoa a nossa ofensa assim como nós perdoamos aos que nos têm ofendido e não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o poder e a glória pelos séculos. Assim rezai três vezes por dia.” (*Didaché* 8, 2-3)

A oração na Igreja primitiva

Os Apóstolos, instruídos pelo Senhor depois da Ressurreição (Atos 1, 3), também ensinaram a orar e organizaram no Espírito de Jesus a oração das primeiras comunidades da Igreja. Desde os primeiros momentos a “perseverança nas orações” foi uma característica da comunidade que se transformou em Pentecostes.

“Perseveravam eles na doutrina dos apóstolos, na reunião em comum, na fração do pão e nas orações.” (Atos 2, 42)

Como Nosso Senhor, os primeiros cristãos acorriam ao Templo e à sinagoga, embora depois celebrassem a “fração do pão” em suas casas.

Liturgia 1B

“Unidos de coração frequentavam todos os dias o templo. Partiam o pão nas casas e tomavam a comida com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e cativando a simpatia de todo o povo. E o Senhor cada dia lhes ajuntava outros que estavam a caminho da salvação.” (Atos 2, 46-47)

A Liturgia das Horas na história

A história do Ofício Divino significa a perseguição, ao longo dos séculos, do ideal (Lucas 18, 1): “É preciso orar sempre.”

As primeiras tentativas de organização (séculos I– IV)

Os primeiros séculos da história católica oferecem pouquíssima informação sobre a oração em certas horas. Contudo, sabe-se que a Missa dominical acabou tendo uma vigília estendida, que consistia em leituras e cantos de Salmos.

A partir do século III os testemunhos são cada vez mais abundantes e mencionam, junto com os ofícios matutino e vespertino, sem dúvida comunitários, as horas terça, sexta e nona, fixas e determinadas na recordação da Santíssima Trindade e em memória dos momentos da Paixão de Cristo e de alguns acontecimentos narrados nos Atos dos Apóstolos.

Na etapa que se seguiu à paz de Constantino o desenvolvimento do Ofício foi favorecido. Dois foram os modelos organizados:

1. O eclesial: celebrado nas catedrais e paróquias, era centrado nas celebrações da manhã e da tarde, isto é, nas laudes e nas vésperas presididas pelo bispo ou por um presbítero, com assistência do restante do clero e do povo.
2. O monástico: marcado pelo desejo de dedicar o maior tempo possível do dia à oração, seguindo os conselhos evangélicos e buscando o equilíbrio entre a oração e o trabalho. Assim, foram introduzidas, junto com as laudes e as vésperas e as horas intermediárias, a hora prima, as completas e as vigílias noturnas.

Finalmente, a organização monástica configurou todo o Ofício.

Detalhando o desenvolvimento monástico

Para os estudiosos, a oração que precedia a Eucaristia pós-apostólica, eventualmente, ficou organizada em quatro partes: uma que acabou originando a parte preparatória do Sacrifício (a *Missa dos Catecúmenos* do rito gregoriano), uma que se tornou as Vésperas do final da tarde, uma da qual nasceu as Matinas da meia-noite e, finalmente, uma que se tornou as Laudes do começo da manhã. Esse grupo, originalmente noturno, constituiu as “Grandes Horas”, as outras cinco, as “Horas Menores”. As Matinas poderiam ser chamadas de “pai de todas as horas” e as Vésperas e Laudes de irmãs gêmeas, dada sua estrutura similar.

Mais tarde, o grupo diurno, Terça, Sexta e Noa foi instituído para a santificação ao longo do dia. Elas também são como gêmeas por terem uma estrutura idêntica.

Por fim, as Completas e a Prima foram criadas para servirem de oração noturna e matutina no dormitório. Elas ainda mantêm um sabor monástico maior que as outras horas e podem ser consideradas um irmão e uma irmã, pois embora sejam semelhantes, não possuem uma estrutura idêntica.

Desse modo, originalmente, as horas do Ofício tinham uma correspondência com as horas do dia (segundo nossos parâmetros) um tanto diversa da que hoje possuem.

Do Ofício completo e solene ao Ofício particular

Nos séculos VI-IX o Ofício era a oração da Igreja local, do clero e do povo. Quando ainda não se havia generalizado a celebração diária da Eucaristia, as horas do Ofício serviam para a santificação dos dias da semana. Aconteceu, então, uma grande criação de elementos não-bíblicos: antifonas, hinos, responsórios e orações, paralela à que acontecia na Missa e nos ritos dos sacramentos.

Durante esses anos, as liturgias receberam sua estrutura definitiva.

Nós sabemos pouco sobre o Ofício Romano primitivo, mas podemos distinguir entre os das igrejas presbiterais e os das basílicas (cuidadas por comunidades mais ou menos regulares). Esse último Ofício serviu, provavelmente, de modelo ao da *Regra de São Bento*. Nessas comunidades das basílicas, o Ofício era composto de Salmos, antifonas, leituras da Sagrada Escritura e dos Padres, responsórios, e, em

Liturgia 1B

certas igrejas, como nos mosteiros, de hinos. Também nesse tempo, os aniversários dos mártires e confesores começaram a ser celebrados nas suas tumbas por meio de um Ofício votivo sem relação com o Ofício do dia.

A partir de tal base, no tempo de São Gregório Magno, a liturgia das basílicas foi aperfeiçoada (lectionário das Matinas e música para as antífonas e responsórios), ganhando sua estrutura essencial (até o pós-Vaticano II) e se espalhou para o resto de Roma e além: a Gália, a Inglaterra e a Alemanha. O Ofício das basílicas romanas tendia a virar o Ofício do clero nos diferentes países.

Pelo meio do século VIII, o curso completo das Horas, incluindo as Matinas, se tornou a prática geral, e os clérigos foram obrigados a participar dela inteiramente. O tipo de vida canônica necessária para essa celebração recebeu sua organização principalmente de São Chrodegang e do Concílio de Aix-la-Chapelle. Com Pepino, o Pequeno, a monarquia franca favoreceu e, mais tarde, Carlos Magno impôs ao seu Império, os usos romanos. Amalario e a *schola cantorum* da diocese de Metz tiveram um papel importante na correção e difusão do Antifonário romano.

Desse modo, com seu conteúdo fixado, a Liturgia das Horas cantada pelas comunidades, monásticas ou diocesanas, era solene na sua forma e requeria muitos livros (o *Psalterium*, o *Antiphonale*, o *Collectarium*, o *Hymnarium*, o *Lectioarium*, etc.) e ministros (que desempenhavam papéis diferentes durante a celebração); a congregação participava recitando Salmos e respostas decorados ou respondendo aos Salmos por refrãos. Nesse quadro, adaptações e adições passaram a ocorrer (como Salmos suplementares para cada Hora, Ofícios para a Virgem e os defuntos, comemorações diversas, *preces*, etc.).

Tudo isso, apesar das boas intenções, foi um desastre. As complicações nas rubricas, a quantidade de livros e o tempo necessários para se celebrar as Horas acabou afastando o clero dedicado ao cuidado direto das almas do Ofício (quanto ao povo, nem se fala). A decadência era patente e já no século X apareceram tentativas de reforma (com a redução da salmodia e das leituras nas Matinas).

Desse modo, foi natural que surgisse o *Breviário*.

Ela era uma experiência de juntar todas as partes do Ofício num formato "breve" – um ou mais volumes com todos os elementos dispostos numa sequência racional. Encontramos os primeiros Breviários compilados pelos monges de Monte Cassino nos séculos X e XI. Embora certos Breviários mais antigos incluam alguns elementos musicais do Ofício, no geral, eles só continham o texto (enquanto os elementos musicais ficavam em outros livros, como o *Antiphonale*).

Todavia, a vantagem real do livro litúrgico único trouxe consigo o inconveniente da introdução da recitação particular. Já no século XIII canonistas e teólogos passaram a justificar a prática da recitação privada e o que no começo foi exceção se transformou em norma.

Mais tarde, no século XV, como consequência da *Devotio Moderna*, acentuou-se na espiritualidade sacerdotal a orientação intimista e subjetiva, que tendia a fazer da própria Missa e do Ofício o cumprimento de uma obrigação pessoal. Desse modo, as ordens e as congregações religiosas que foram fundadas a partir do século XVI não tinham o Ofício Divino como oração comum. E, por outro lado, a introdução das vigílias, oitavas, comemorações e ofícios duplos e semiduplos complicou novamente a celebração das Horas.

O sentimento de que uma reforma profunda devia ocorrer voltou a crescer.

Tentativas de renovação

Fazia-se necessária uma renovação do Ofício. Esse sentimento não atingia apenas o clero, obrigado a ele, mas os leigos mais instruídos também se incomodavam com a maneira como as coisas estavam; daí a multiplicação de "Pequenos Breviários" para os fiéis.

São Pio V, em 1568, de acordo com a reforma proposta pelo Concílio de Trento, impôs um novo Breviário universalmente. A comissão que formulou o novo esquema do Ofício se guiou pelos seguintes princípios:

- 1) Não inventar um novo Breviário.
- 2) Ser guiada pela tradição eclesiástica.
- 3) Manter tudo de bom que foi adicionado ao longo do tempo, mas, ao mesmo tempo, corrigir os inúmeros erros que levantavam tantas reclamações.

Liturgia 1B

Seguindo essas linhas, a nova Liturgia das Horas foi caracterizada pela redução do calendário, da hora da Prima, das *preces* e dos ofícios suplementares e que, com as inovações da imprensa, teve rápida difusão. O Saltério, foco do Ofício, foi valorizado novamente (da maneira que estava a recitação semanal era quase impossível e certos Salmos nunca eram recitados) e as legendas dos Santos e as homilias foram cuidadosamente revisadas.

Com o passar dos séculos, o Breviário tridentino passou por pequenas modificações.

A principal delas começou durante o pontificado de Sixto V (e terminou sob Clemente VIII), consistindo na mudança dos textos bíblicos, que adotaram a Vulgata revisada, e emendas nas rubricas: ao Comum dos Santos foi adicionada a das Santas Mulheres não-Virgens, o rito de certas festas foi alterado e algumas festas adicionadas. A Bula *Cum Ecclesia* que aplicou as alterações é datada de 10 de maio de 1602.

Outro conjunto de mudanças foi promovido por Urbano VIII. Ele nomeou uma comissão que revisou as lições e homilias segundo os manuscritos mais antigos. Até aí tudo bem, só que esse Papa acabou indo muito além, pois, como humanista e poeta, ele considerava o Breviário com um estilo trivial e uma prosódia irregular, e acabou decidindo por uma grande revisão gramatical (segundo os parâmetros clássicos) e métrica. As correções feitas pelos puristas de sua equipe (no geral, jesuítas) chegaram ao número de 952, alterando profundamente o caráter de alguns hinos que, embora ganhassem um estilo mais literário, perderam boa parte de seu antigo fervor.

A reforma de São Pio X

Pela Constituição Apostólica *Divino Afflatu*, de 1 de novembro de 1911, São Pio X fez uma mudança no Saltério do Breviário Romano. Os Salmos foram impressos juntos e distribuídos de maneira que pudessem ser recitados ou cantados a cada semana (quando muito longos, foram divididos, para que cada dia do Ofício tenha aproximadamente o mesmo número de versos). Desse modo, restaurava-se o uso original da Liturgia das Horas romana, novamente alterado pelo crescimento das comemorações dos santos desde o tridentino, que fazia alguns salmos serem recitados raramente.

As porções do Ofício que requerem rubricas, ao invés de serem impressas junto com os Salmos, como os invitatórios, os hinos para as diferentes épocas, bênçãos, absolvições, capítulos, sufrágios, preces dominicais, o *Benedictus*, o *Magnificat*, o *Te Deum*, etc., passaram a ter um lugar próprio sob o nome de *Ordinário*.

Infelizmente, a reforma não pôde ser completa e uma comissão especial foi formada para o exame do calendário, a revisão histórica das lições, a retirada das lições não-autenticadas, a correção dos textos, novas rubricas gerais e um Comum para certas classes de santos, como os confessores, santas mulheres e outros, em ordem a comemorar todos num dia, ao invés de um dia para cada.

Mudanças pós-São Pio X e até o Ofício Paulino

Entre essa última reforma e a Liturgia das Horas do rito de Paulo VI, uma série de modificações (em especial sob João XXIII) ocorreu no Ofício romano tradicional (elas são muito criticadas pelos tradicionalistas mais radicais que, até hoje, usam o Breviário segundo as rubricas de São Pio X).

Primeiramente, em 1945, no reinado de Pio XII, uma nova versão do Saltério latino, feito pelo Pontifício Instituto Bíblico, foi difundida. A recepção dela foi péssima, tanto que alguns editores adotaram a tal versão e outros não.

No que se refere ao reinado de João XXIII, podemos destacar as seguintes modificações:

1. Redução das Matinas a três lições na maioria dos dias. Isso reduziu em 1/3 as porções da Sagrada Escritura, 2/3 das vidas dos Santos e boa parte dos comentários dos Padres (as Matinas, é claro, formavam uma boa parte do Ofício).
2. Substituição de fórmulas eclesásticas por fórmulas de estilo escriturístico.
3. Remoção das festas dos Santos do domingo. Das 32 que a reforma de São Pio X previa, apenas nove ficaram (duas de São José, três de Nossa Senhora, a de São João Batista, a dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, a de São Miguel e a de Todos os Santos).
4. Preferência do ofício ferial sobre as festas dos Santos. João XXIII suprimiu 10 festas do calendário (onze na Itália, com a festa de Nossa Senhora de Loreto), reduziu a classificação de 29 festas e transformou 9 festas em simples comemorações (assim, o ofício ferial podia tomar precedência). Quase todas as oitavas e vigílias foram abolidas e outros 24 dias em memória de Santos foram substituídos pelo

Liturgia 1B

ofício ferial. Com as novas regras para a Quaresma (que só manteve as festas de primeira e segunda classe) nove festas (como a de Santo Tomás de Aquino, a de São Gregório, São Patrício, São Gabriel, etc), embora no calendário, nunca eram celebradas.

5. Vários milagres foram retirados da biografia dos Santos e várias festas foram supressas por não se adequarem à chamada crítica histórica.

6. Uma das duas festas da Cátedra de São Pedro foi abolida (18 de Janeiro), bem como a oitava de São Pedro.

7. Reforma da quinta-feira santa, da sexta-feira santa e do sábado santo.

8. As rubricas de João XXIII obrigavam o sacerdote, quando recitando em privado, a dizer *Domine exaudi orationem meam* ao invés de *Dominus vobiscum*.

9. Fim das longas petições chamadas *preces* e de alguns outros elementos como as Antífonas de Nossa Senhora e o Credo Atanasiano.

A Reforma do Ofício após o Vaticano II

Para entender a reforma que o Concílio Vaticano II pediu para o Ofício e o que, de fato, foi feita, a leitura dos seguintes documentos é imprescindível:

1. *Sacrosanctum Concilium* (de 4 dezembro de 1963), capítulo IV, artigos 83-101.

2. A Constituição Apostólica *Laudatis canticum* (de 1 de novembro de 1970).

3. *A Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas*.

Em primeiro lugar, devemos notar que o Vaticano II tinha em vista uma revisão do Ofício que levasse em conta uma pessoa engajada num trabalho pastoral ativo, que não celebra as Horas num coro.

Levando isso em conta e remetendo ao que falei no começo deste estudo, é bom saber que durante o Concílio duas tendências entraram em confronto: uma (representada especialmente por bispos do "Terceiro Mundo") que pretendia a valorização do *modelo eclesial* (que possui um *ethos* instrutivo) e outra que, admitindo modificações, não abria mão do *modelo monástico* (de caráter eminentemente cultural). Os beneditinos, a despeito de seu número reduzido, conseguiram que o *modelo monástico* fosse mantido como parâmetro para toda a Liturgia das Horas (com seus agradecimentos e intercessões); um *Ofício cultural* foi considerado a melhor ferramenta apostólica.

Sendo assim, a noção de santificação de vários momentos do dia foi mantida, embora a *Prima* tenha sido abolida, as Matinas (vigílias) terem se transformado no *Ofício de Leituras* (que, fora do contexto monástico, pode ser recitado a qualquer hora do dia) e das três "Horas Menores" apenas uma poder ser escolhida (isso, também, fora de um contexto monástico). Os "momentos" obrigatórios, portanto, passaram de oito para cinco (só que um pode ser recitado quando for mais conveniente).

Agora, o partido em favor do *modelo eclesial* não perdeu totalmente, pois as *Laudes* (oração da manhã) e as *Vésperas* (oração do anoitecer) foram valorizadas. A oração da manhã celebra as duas criações, a segundo a natureza e a segundo a graça; a do anoitecer reflete sobre a presença de Deus na nossa vida. Essas duas horas foram chamadas os dois pólos do Ofício quotidiano (SC 89a).

Segundo, ainda, a *via monástica*, a reforma pós-conciliar manteve a abrangência de todo o Saltério no Ofício (no *modelo eclesial* é evidente que isso não se dá), só que, fugindo do uso romano, o novo ciclo é de quatro semanas. Desse modo, nenhuma hora tem mais de três Salmos ou três seções de um Salmo (no Breviário tradicional podem ser até cinco).

Uma grande atenção foi dada à seleção e distribuição das porções da Sagrada Escritura (retiradas da Neo Vulgata), bem como aos escritos dos Padres e de outros autores eclesiais.

O destaque da Escritura é mais um ponto de contato com o *modelo monástico*, visto que os monges sempre possuíram uma leitura contínua da Bíblia junto à Liturgia das Horas. No *Ofício de Leituras* temos uma boa oferta de trechos bíblicos e há um suplemento opcional que estabelece um ciclo bianual de leituras de passagens bíblicas que raramente encontramos na liturgia.

Já os textos dos Padres e dos outros autores que dedicaram suas vidas a edificação da Igreja militante, e que possuem um inestimável valor catequético, litúrgico, poético, místico e pastoral, sofreram um aumento cuidadoso e passaram a incluir uma quantidade maior de autores orientais.

Os hinos também foram revisados e, em muitos casos (em latim), restaurados à sua forma pré-Urbano VIII (embora alguns deles tenham sido encurtados).



Liturgia 1B

Em relação à vida dos Santos, o conteúdo foi revisado segundo os padrões históricos vigentes nos nossos dias.

Como dissemos, agradecimentos e intercessões são a base do Ofício, mas o elemento contemplativo não foi esquecido. No que se refere aos Salmos, por exemplo, o título de alguns deles (como o 86) e o versículo do Novo Testamento que os acompanha foram cuidadosamente escolhidos para incentivar a meditação. O mesmo se diga da manutenção das antífonas e da pausa opcional após a recitação de um Salmo. A oração que muitas vezes segue um Salmo acompanha esse esforço de incentivo à reflexão; ela tem origem numa prática dos monges orientais que, após a recitação, prostravam-se em silêncio, para adicionar a contemplação à sua oração vocal, o silêncio, então, era quebrado por uma pequena oração que vinculava o Salmo recitado ao Mistério de Cristo ou da Igreja.

Por fim, como novidades temos as orações de intercessão que acompanham as *Laudes* e as *Vésperas* e a oração do Pai Nosso ao final delas (com várias maneiras de ser introduzida), o que, junto com a oração na Missa, promove a repetição do Pai Nosso três vezes ao dia, uma prática da Igreja primitiva.

Conclusão

Ao longo da História vimos como, na "consciência da Igreja", a importância do Ofício nunca deixou de ser lembrada — mesmo quando isso só tinha um valor formal — e também notamos como certos problemas se repetem pelos séculos.

Agora, com a convivência, no Ocidente, de duas grandes versões Ofício adaptadas à mentalidade moderna (a tradicional, segundo as rubricas de João XXIII, e a pós-Vaticano II — pelo menos oficialmente pois, como disse, o Breviário de São Pio X tem muitos entusiastas), acho que não há desculpa para que um trabalho pastoral que vise sua divulgação não seja feito.



Trabalho sobre o texto “O Ofício Divino no Rito Romano”

Nome:

Marque a alternativa que melhor completa as sentenças abaixo.

O Espírito da Oração das Horas

1. O salmo _____ fala da oração pela manhã, ao meio-dia e à noite.
() 51 () 54 () 55 () 45
2. O _____ é rezado pelos judeus durante o dia. Os cristãos, por sua vez, rezam o Pai Nosso nas laudes, nas vésperas e na eucaristia cotidiana.
() Shemá Israel () Pai Nosso () Credo Histórico
3. Temos testemunho dessa substituição do Shemá pelo Pai Nosso desde o período dos primeiros cristãos, principalmente documentado na _____.
() Bíblia () Torá () Didaché
4. Por ser oração ensinada por Jesus e condensar todo o seu ensinamento, o _____ é o supremo modelo da oração cristã.
() Shemá Israel () Pai Nosso () Credo Histórico
5. A liturgia judaica incluía uma variedade de hinos, _____ e orações.
() parábolas () midraxes () salmos

A Liturgia das Horas na história

6. Sabe-se que nos primórdios do Cristianismo, a eucaristia _____ acabou por incluir uma vigília estendida, que consistia em leituras e cantos de salmos.
() anual () diária () dominical
7. A paz de Constantino favoreceu o desenvolvimento do ofício divino, que foi organizado em dois modelos:
a. _____: celebrando laudes e vésperas nas catedrais com o bispo e o povo;
b. _____: multiplicação das horas litúrgicas para atingir o objetivo de cultivar uma vida de oração intercalada com o trabalho rotineiro.
() modelar e dinâmico () eclesiástico e monástico () curto e longo
8. As horas terça, sexta e noa são consideradas horas gêmeas, porque têm estrutura _____.
() semelhante () parecida () idêntica
9. As _____ foram criadas para serem as orações noturnas feitas pelo orante sozinho, em seu dormitório.
() Completas () Laudes () Vésperas

Liturgia 1B

- 10.** Entre os séculos VI e IX, quando a eucaristia diária ainda não havia se propagado, era costume celebrar _____ em comunidade para santificar o decurso do dia.
() o rosário () o ofício divino () a via sacra
- 11.** As rubricas complexas, a quantidade de livros e o tempo _____ o clero e o povo da celebração do Ofício.
() afastaram () aproximaram
- 12.** No século X, de maneira a reformar a Liturgia das Horas, surge o _____ – reunião dos textos utilizados na oração em um único volume.
() Lecionário () Missal () Breviário
- 13.** O período do Renascimento, no século XV, aumentou o espírito individualista dos homens em geral. Esse ambiente, atrelado ao surgimento do Breviário, fez com que a recitação do Ofício passasse a ser exclusivamente _____ e não mais em comunidade.
() individual () secreta () coletiva
- 14.** Uma grande reforma foi solicitada pelo Concílio de Trento e levada a cabo pelo Papa São Pio V, em _____.
() 1560 () 1568 () 1668
- 15.** A reforma de S. Pio X, em 1911, fez com que todas as _____ – orientações práticas para a celebração de uma ação litúrgica – fossem reunidas em uma seção do Breviário chamada Ordinário.
() antífonas () anotações () rubricas
- 16.** Uma das mais importantes reformas de João XXIII foi remover a festa dos santos dos _____, quando estes coincidiam. As únicas festas que ainda prevaleceriam sobre o domingo eram: duas de São José, três de Nossa Senhora, São João Batista, São Pedro e São Paulo, São Miguel e todos os Santos.
() dias solenes () domingos () ofícios litúrgicos
- 17.** A reforma do Concílio Vaticano II levou em consideração que a Liturgia das Horas deveria ser celebrada por pessoas que estão ativamente _____ no trabalho pastoral ou em seus trabalhos seculares.
() engajadas () isoladas () desligadas
- 18.** Com essa reforma, aboliu-se a hora _____; as vigílias ou matinas passaram a ser denominadas Ofício de _____ e podem ser celebradas em qualquer hora do dia; e passa a ser permitido escolher apenas uma das horas _____ para celebração.
() prima; Leituras; médias () média; primas; Leituras () Leitura; médias; primas
- 19.** A reforma do Vaticano II valorizou, sobremaneira, a celebração das _____ e das _____, colocando-as como os dois pilares do dia, que devem sustentar a oração cotidiana dos cristãos.
() matinas; primas () Laudes; Vésperas () Completas; médias
- 20.** A partir do Vaticano II, o saltério passa a ser dividido em _____ semanas; o Pai Nosso torna-se oração que deve ser rezada três vezes ao dia; e os títulos, versículos do Novo Testamento e o silêncio após a recitação de cada salmo são valorizados como instrumentos de meditação para aprofundar a espiritualidade litúrgica da Liturgia das Horas.
() três () duas () quatro

TEXTO 2

LINHAS DE HISTÓRIA DO ANO LITÚRGICO

Por Salvatores Marsili²⁸

Introdução

O ano litúrgico aparece, à primeira vista, como uma complexa organização de festas, ou seja, de dias caracterizados por uma celebração litúrgica de determinados acontecimentos da vida de Cristo, com o acréscimo, entre um e outro desses acontecimentos, da recordação festiva dos santos. Todos esse complexo, organizado muito harmoniosamente, não é todavia o fruto de uma ideia ou de um projeto preliminar. Com efeito, seria mais exato falar de “desenvolvimento” e de “crescimento” do ano litúrgico, mais do que “organização” do mesmo.

Especificamente para ter diante dos olhos esse processo de crescimento, nós não podemos, ao fazer a história do ano litúrgico, partir da ordem dos “tempos litúrgicos” como estes se apresentam atualmente, mas precisamos buscar aquele que foi o núcleo da origem, do qual tudo derivou; e veremos que o núcleo – não só do desenvolvimento histórico mas também do significado e do próprio conteúdo do ano litúrgico – é a celebração pascal.

Ciclo Pascal

No judaísmo palestino da época de Jesus, a Páscoa não é só uma “festa anual” próxima às demais. Desta nota-se cada vez mais o valor escatológico (libertação definitiva), e isso ocorria na linha já presente nos antigos profetas que colocam a alegria da libertação perto da alegria da Páscoa (Is 30,29). A morte de Jesus na cruz, no dia e na hora em que no templo era oferecido o Cordeiro Pascal, é vista como “cumprimento” do sentido profético desse rito (Jo 19,34-37).

Essa centralidade do acontecimento pascal de Cristo dá à nova comunidade a consciência de ser o verdadeiro “Israel de Deus” (Gl 6,16). A celebração não era mais da Páscoa “figurativa”, recordação de fatos do Êxodo, mas sim a Páscoa da libertação que se realizou em Cristo.

Muito cedo, sempre na época apostólica, o “primeiro dia da semana” assume o nome de “domingo” na forma adjetival grega de *kyriakè*, que significa “do Senhor” (em latim: *dominica*). A primeira menção ao “domingo” encontra-se em At 1,10. “Celebrar o domingo” quer dizer “viver como cristãos”, assim como “celebrar o sábado” quer dizer “viver como judeus”.

Nesse ponto, é possível colocar uma pergunta: porque a repetição da “ceia pascal” de Cristo teve lugar no “primeiro dia da semana” e não no dia em que a “ceia” teve lugar (quinta-feira)? A opinião comum é que o fato da ressurreição tenha trazido consigo a celebração eucarística. Parece que a origem do domingo como dia litúrgico cristão deva ser buscada nas aparições de Jesus ressuscitado. O texto de Lucas é claro quando mostra que os discípulos entenderam a ressurreição quando viram presente Jesus no gesto da Fração do Pão. Concluindo: se a celebração da eucaristia no domingo está ligada às aparições do Senhor morto e ressuscitado, isso quer dizer que a Eucaristia é aquela que dá à Igreja a presença de Cristo e da sua Paixão-Ressurreição.

Páscoa anual

À liturgia dominical acrescentou-se uma celebração – no começo talvez só de jejum e posteriormente também eucarística – dos dias “nos quais o esposo foi levado embora”: quarta-feira (dia da captura) e sexta-feira (dia da morte de Cristo).

*Com a separação do templo,
definitivamente ocorrida no
momento da sua destruição, os
cristãos seguem o costume
judaico da triplíce oração
diária, substituindo a fórmula
judaica do “Ouve Israel” pelo
“Pai Nosso” (Didaqué 8).*

²⁸ MARSILI, Salvatore. **Sinais do Mistério de Cristo**. 1. ed. São Paulo : Paulinas, 2009, p. 497 – 565 (adaptado)

Liturgia 1B

Do ciclo semanal nasceu assim o ciclo pascal anual. Este compreendia praticamente os mesmos dias do ciclo semanal, ou seja, a quarta-feira (ou quinta-feira) sexta-feira (e sábado), que juntos formavam a Páscoa propriamente dita. A Páscoa era, portanto, a Paixão do Senhor, que, no entanto, era naturalmente concluída com a ressurreição. A Páscoa nos séculos II-IV é caracterizada por dois a três dias de jejum, concluídos evidentemente por uma liturgia. O caráter penitencial da Páscoa está ligado ao seu significado: Paixão e morte do Senhor.

Foi essa diversidade que deu origem à **controvérsia quartodecimana**. Os "quartodecimanos" seguiam um costume oriental, que se remetia – segundo eles próprios e segundo os testemunhos por eles aduzidos – a São João Apóstolo. Concentrados no fato de que Jesus tinha morrido na Sexta-Feira (dia 14 de nisã) e convencidos de que a morte de Jesus tinha substituído a Páscoa judaica, celebravam a Páscoa jejuando na Sexta-Feira e terminando o jejum com a celebração eucarística que tinha lugar na tarde da mesma Sexta-Feira. Por outro lado, a corrente ocidental se opunha afirmando que se deveria conservar o jejum até todo o sábado, celebrando a Eucaristia somente no domingo, na hora da ressurreição.

Tal fato deu origem a uma longa controvérsia, que eclodiu em torno do ano 150. Por volta do ano 195, o Papa Vitor convocou diversos sínodos locais, que concluíram com unanimidade: "somente no domingo se deve celebrar o mistério da ressurreição do Senhor e até aquele dia não se pode quebrar o jejum pascal". No fundo, a luta contra os quartodecimanos era uma tentativa de separação total dos costumes judaicos.

Sexta-Feira Santa

Como dia de jejum pleno (até 18h), em sua origem a Sexta-Feira Santa não era concluída por uma liturgia eucarística. Enquanto as leituras antigas diziam que na Sexta-Feira Santa – morte de Cristo – se cumpria na realidade a profecia do Cordeiro, hoje em Isaías é apresentado o valor salvífico da morte de Cristo e em Hebreus se evidencia o seu valor sacerdotal.

São Justino, no século II, já indicava a ordem da celebração: após as leituras (incluindo a Paixão segundo São João) e a homilia, seguia a prece universal, com a estrutura usada até hoje – convite / intenção / oração individual em silêncio / coleta pelo celebrante. Antes da comunhão, realiza-se o rito da adoração da cruz, que é originário de Jerusalém e data do século IV.

Sábado Santo

O Sábado Santo foi sempre – pelo menos do século II em diante, isto é, na época da controvérsia quartodecimana – um dia de jejum completo e, por isso mesmo, alitúrgico. Encerrava-se com uma vigília, que ia até a madrugada do domingo com a Missa.

A bênção do fogo é uma tradição de origem irlandesa, provavelmente uma cristianização de um gesto pagão, que entra na Alemanha no século VIII. Há notícias do rito do "fogo novo" na Igreja de Roma, porém, para Roma, seria nada mais do que a luz do círio pascal e não um verdadeiro rito do fogo. Esse rito propriamente dito só chegará à Roma em torno dos séculos XI e XII.

O precônio pascal surge como o novo nome daquilo que era chamado anteriormente como "bênção do círio". Ele nada mais é do que uma solenização do rito do lucernário. Dada a grandeza da ocasião, não se julgava suficiente acolher o círio com o "*Lumen Christi – Deo Gratias*" e daí surgiram as louvações do círio, noticiadas a partir do século IV. O primeiro documento que informa a respeito desse rito em Roma é o Sacramentário Gelasiano, ou seja, um documento dos séculos VII/VIII.

Testemunhos de um rito batismal na Páscoa não parecem existir para nos levarem ao período anterior ao século II. Enquanto o rito do fogo e o do círio eram só ritos de abertura da vigília pascal, o rito batismal entrava na vigília como sua parte integrante. Começava com leituras do Antigo Testamento, em número variável. Passando ao Batismo, os eleitos deveriam fazer uma tríplice profissão de fé. Encerra-se com o sacramento da Crisma, rito da veste branca e da vela acesa.

Domingo de Páscoa

A Missa do Domingo de Páscoa afirma-se somente nos séculos IV/V e a sequência *Victimae paschali* é do século XI.

Liturgia 1B

Quinta-Feira Santa

A celebração litúrgica da Quinta-Feira Santa não é primitiva, porque a antiga tradição ligava a instituição da Eucaristia e o começo da Paixão à terça ou quarta, mas não à quinta-feira. Mas no século IV a evolução já tinha acontecido, e na quinta-feira se comemorava a Ceia do Senhor. É chamada, de fato, desde aquela época, *Feria V in Cena Domini*, mas algumas vezes também era chamada de *Natale calicis*.

A Missa era celebrada à tarde (na hora nona ou nas vésperas) e, por conseguinte, comportava um semijejum (até às 15h). Algumas variações começaram a celebrar duas Missas nesse dia, uma delas pela manhã, que se destinava claramente à reconciliação dos penitentes (aqueles que haviam feito penitência durante toda a Quaresma). Mais tarde, foi fixada na Quinta-Feira Santa também a bênção dos óleos (óleo dos catecúmenos, óleo dos enfermos e o crisma), que teve uma Missa específica, a qual, na ordem do Gelasiano, ocupa o segundo lugar. A terceira Missa foi a da Instituição da Eucaristia, celebrada na hora das Vésperas. Apesar das muitas variações quanto ao número e objetivos das celebrações da Quinta-Feira Santa, o Sacramentário Gelasiano apresenta três: penitentes, *chrismalis* e *in Cena Domini*.

A cerimônia da transladação da Eucaristia não era evidenciada por nenhuma solenidade, nem quando era levada para a sacristia, nem na Sexta-Feira Santa, quando era colocada sobre o altar. Do século XI em diante, entretanto, começa-se a delinear o uso de uma procissão com velas e incenso, acompanhada por cânticos. Esse rito começou a ser explicado simbolicamente como uma sepultura do Senhor. Na reforma atual, a Igreja quer que seja afastada toda ideia de sepulcro e que a própria adoração Eucarística seja feita até a meia-noite, em agradecimento pelo dom que nos foi dado pelo Senhor.

O rito do lava-pés foi introduzido na época medieval e era celebrado como um rito suplementar do dia da Quinta-Feira Santa. Na atual reforma, foi introduzido na Missa *in Cena Domini*.

Pentecostes

Para a Igreja, a festa de Pentecostes coincide com o "dom do Espírito Santo" (At 2,1) e aparece frequentemente nas fontes dos séculos II-III, mas ao que parece este indica não tanto um "dia" festivo, quanto o complexo dos "cinquenta dias".

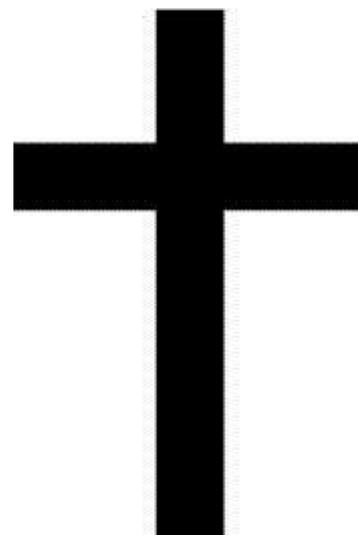
Quaresma

No começo do século IV, no Oriente, têm-se os primeiros acenos de um período pré-pascal destinado a uma preparação espiritual ao grande mistério. Ao que tudo indica, Roma sofreu um processo mais longo. Desde o começo do século IV, a única semana de jejum era a que precedia a Páscoa (Ramos-Páscoa). Durante esse período vão se desenvolvendo períodos maiores de preparação, trinta, quarenta dias. Uma preparação pascal como essa não podia deixar de se referir, como faz a tradição oriental, aos exemplos de Moisés e de Elias e sobretudo de Cristo, isto é, dos quarenta dias do deserto.

Assim, veio a criar-se uma "Quadragesima" (Quaresma), que vinha a cair no quarto domingo antes da Páscoa, chamado precisamente de *Dominica in Quadragesima*. Simultaneamente, porém, não sendo possível celebrar um rito penitencial, como o da inscrição dos pecadores no rito da Penitência, em dia de domingo, ele é fixado para a quarta-feira anterior (Quarta-Feira de Cinzas), que como toda quarta-feira já era dia "estacional" e, por isso mesmo, de jejum.

Os nomes *Trigesima* e *Quadragesima* não significam, de fato, nem trinta nem quarenta dias de jejum, porque na contagem é preciso tirar todos os quatro (trigesima) e os seis domingos (quadragesima), já que nestes não se jejuava; indicam somente que faltavam aproximadamente trinta/quarenta dias para a Páscoa.

Os dias que faltavam foram acrescentados tomando-os da semana precedente à *Quadragesima*, e assim se chegou aos quarenta dias efetivos de jejum.



Ciclo Natalino

Com os nomes de Natal e Epifania subsistem duas festas diferentes: a de 25 de dezembro e a de 6 de janeiro. Sua distinção e coexistência datam do final do século IV e começo do V. Em sua origem, isto é, na primeira metade do século IV, as duas festas eram na realidade uma única e idêntica celebração da encarnação do Verbo, celebração que todavia assumia tons e datas diferentes no Ocidente e no Oriente. Assim, enquanto o Mistério da Encarnação era celebrado no Oriente no dia 6 de janeiro, com o nome da Epifania, no Ocidente o mesmo Mistério assumia o nome de *Natalis Domini* e caía no dia 25 de dezembro.

Um discurso feito em 20 de dezembro por São João Crisóstomo, então sacerdote em Antioquia, nos informa que pela primeira vez em 386, naquela cidade, celebrava-se o Natal no dia 25 de dezembro como festa distinta da Epifania de 6 de janeiro, e que era uma festa vinda de Roma.

Epifania, como o próprio nome já diz (Epiphaneia – revelação, manifestação), é uma festa oriental, e no seu surgimento era a verdadeira festa natalina do Senhor, ou seja, a sua aparição na carne. A primeira notícia de uma festa ortodoxa da epifania se tem na segunda metade do século IV, em Epifânio.

Nota sobre a origem do Natal

Que o dia 25 de dezembro não seja historicamente o dia do nascimento de Cristo é pacificamente aceito, muito embora autores antigos, algumas vezes, o tenham afirmado. Uma antiga tradição palestina situaria o nascimento de Jesus no dia 20 de maio. Essa também não é uma hipótese historicamente comprovada; todavia, sendo uma antiga tradição palestina, poderia até gozar de maior probabilidade.

Por que, então, a celebração do Natal no dia 25 de dezembro?

Segundo uma tradição, que encontramos expressa no tratado *De solstitiis et aequinoctiis* e repetida frequentemente por Santo Agostinho, Jesus teria sido concebido no mesmo dia e mês em que depois teria sido morto, isto é, no dia 25 de março. Em consequência disso, o nascimento acabaria caindo no dia 25 de dezembro.

Mas, ao que tudo indica, essa tradição não está na origem da festa, e talvez quer ser muito mais uma tentativa de explicação com base num misticismo astrológico muito em voga na época.

Outra explicação, que historicamente parece mais provável, é a que vê na festa do Natal uma ação da Igreja romana para suplantar, cristianizando-a, a festa do Novo Sol, ou seja, do *Natalis Invicti*, como se dizia.

O culto do sol, muito difundido pelo Mitraísmo, foi uma última grande ofensiva contra o Cristianismo, precisamente no século IV. Tido em grande honra pelos imperadores do século II (dentre estes Aureliano, que havia erigido um grande templo em honra do sol em Roma, no Campo Marzio), tornou-se o símbolo da insurreição pagã sob Juliano, o apóstata (335). A festa por excelência do sol foi, precisamente, o solstício de inverno do hemisfério norte, enquanto representava a vitória anual do sol sobre as trevas, e caía no dia 25 de dezembro.

O *Cronógrafo* de 354, que por primeiro nos indica o Natal de Cristo no dia 25 de dezembro, no mesmo dia – no calendário civil – assinalava: *Natalis Invicti*.

Inspirado nas Escrituras, mas também sob o estímulo das circunstâncias ambientais, o simbolismo da luz e do sol em referência a Cristo havia se desenvolvido muito e acabou sendo considerado sagrado pelos cristãos. Alguns textos bíblicos – dentre os quais: “Ele fez do sol a sua morada” (Sl 18); “Surgirá para vós o sol da justiça” (Ml 4,2); “Virá visitar-nos o sol que surge para iluminar aqueles que estão nas trevas” (Lc 1,78) etc. – eram um chamado natural para ver no sol o símbolo de Cristo. Além disso, o próprio costume de rezar voltado para o Oriente era tão difundido entre os cristãos a ponto de fazer crer a muitos pagãos que eles o faziam em sinal de culto e devoção ao sol.

As premissas eram ótimas para apresentar aos cristãos, no momento em que se celebrava o nascimento astronômico do sol, o nascimento do verdadeiro sol-Cristo.

Liturgia 1B

Nota sobre a origem da Epifania

As origens da Epifania no Oriente não parecem ser muito diferentes das do Natal no Ocidente: suplantação de uma festa pagã, que também aqui é uma festa da luz.

O testemunho mais antigo, que é o de Epifânio, é também muito explícito. Ele afirma que os pagãos celebravam sob um nome distinto (Saturnais em Roma, Chronia no Egito e Kikellia em Alexandria) a festa do solstício de inverno (25 de dezembro) e o aumento da luz. Treze dias depois, quando o aumento da luz é completo, os cristãos celebram o nascimento de Jesus, que nascendo naquele dia (6 de janeiro) demonstrava ser a verdadeira luz.

De fato, indo adiante, em Alexandria ocorre o seguinte: na noite entre 5 e 6 de janeiro, um grande rito é desenvolvido no Koreion (templo de Kore, ou seja, da "virgem"). Ao som de flautas e com o acompanhamento de lâmpadas, leva-se em procissão a estátua nua da deusa, marcada com cruces de ouro na fronte, nas mãos e nos joelhos. Depois de ter dado a volta no santuário sete vezes, reconduz-se a estátua à cripta. "Nesta hora, Kore, ou seja, a virgem gerou o século". Isso demonstra que as duas festas da Epifania e do Natal, que nascem simultaneamente uma no Oriente e outra no Ocidente, no começo estão relacionadas a uma celebração solar pagã, a qual pretendem substituir. Assim se explica também porque a Epifania se chama no Oriente *hághia phôta* ("santa luz").

Advento

Do século VIII em diante, o Natal é precedido por um período de preparação, que se chama "Advento" (vinda). Essa preparação está associada à prática de penitência e jejum semanal. Originalmente, a ideia de "advento" não é "Natal", nem preparação ao Natal, mas é a de "segunda vinda". Em outras palavras, os domingo que hoje precedem o Natal eram domingos destinados a fechar o ano litúrgico, com a recordação do advento parusiaco, concebidos como conclusão do Mistério redentor de Cristo.

Linhas de Teologia do Ano Litúrgico

Pio XII, na Encíclica *Mediator Dei*, afirma: "o ano litúrgico não é uma ideia fria e inerte representação de eventos do tempo passado na crua e simples recordação de coisas já transcorridas; pelo contrário, é Cristo mesmo, presente na sua Igreja".

Já a Constituição *Sacrosanctum Concilium* recorda que "ao longo de um ano, a Igreja revela o mistério total de Cristo, desde a Encarnação e nascimento até a ascensão, o dia de Pentecostes e a expectativa da feliz esperança da vinda do Senhor. Celebrando assim os mistério da redenção, a Igreja abre aos fiéis os tesouros do poder santificador e dos méritos do seu Senhor".

Na Escritura, o ano litúrgico não é somente um dado de fato, mas fornece a ocasião para o começo de uma reflexão teológica, conforme vemos em Eclo 33,7-10. Deus consagrou e santificou determinados dias, que estão ligados de maneira particular a um acontecimento soteriológico divino.

Nessa perspectiva, a questão não está simplesmente em estabelecer o "modo" de computar o tempo para definir com exatidão o dia da Páscoa, por exemplo, mas em buscar as "razões" pelas quais uma festa está ligada a um dia específico mais do que a outro. Na Idade Média, por exemplo, não faltam demonstrações de como o ano litúrgico influenciava a formação da espiritualidade. Mas é sobretudo do século XVIII em diante que começa uma tentativa de "teologia do ano litúrgico".

Concluindo, dizemos que o maior impulso a um estudo teológico do ano litúrgico certamente veio de Odo Casel, monge beneditino que desenvolveu uma visão unitária sobre o mistério cultural de Cristo e da Igreja. Esse complexo unitário, que é ao mesmo tempo explicitação progressiva e síntese do único Mistério Pascal, possui um fim pedagógico, que não pode faltar. O ano litúrgico, para Casel, quer ser a apresentação atual-sacramental, ou seja, é o próprio Mistério de Cristo não apresentado num contato puramente psicológico, mas que precisa ser vivido num contato sacramental.

Trabalho sobre o texto “Linhas de História do Ano Litúrgico”

Nome:

Marque V ou F para as sentenças abaixo.

1. O ano litúrgico foi planejado cuidadosamente e aprovado pelo Magistério da Igreja. ()
2. O centro do ano litúrgico encontra-se na Páscoa. ()
3. Para os cristãos primitivos, a Páscoa não era mais recordação de fatos do passado, mas memória de Jesus ressuscitado. ()
4. A Sagrada Escritura não apresenta indícios de celebração dominical dos cristãos. ()
5. A Eucaristia se vincula ao domingo porque os cristãos entenderam que esse é o modo como o ressuscitado se faz presente junto a eles. ()
6. A celebração da Páscoa anual só aparece entre os séculos II e IV. ()
7. A controvérsia quartodecimana falava sobre o dia em que a Páscoa anual seria celebrada. ()
8. Após a controvérsia quartodecimana, prevaleceu na Igreja o costume judaico de celebrar a Páscoa no 14 de nisã. ()
9. A celebração da Sexta-Feira Santa tem seu primeiro testemunho no século II. ()
10. A bênção do fogo no Sábado Santo parece ter origem na Alemanha. ()
11. A Missa do Domingo de Páscoa é a primeira celebração da Páscoa anual a ser fixada. ()
12. Em sua origem, o rito do lava-pés não estava vinculado à celebração da Eucaristia. ()
13. A origem da Quaresma encontra-se no século VI. ()
14. A celebração do Natal é uma tradição originária do Oriente. ()
15. A celebração da Epifania é uma tradição originária do Oriente. ()
16. Somente a origem do Natal está vinculada a uma cristianização de ritos pagãos. ()
17. As primeiras notícias sobre a celebração do Advento encontram-se no século VIII. ()
18. Em sua origem, o advento estava mais relacionado com a parusia (segunda vinda de Cristo) do que com a memória do nascimento. ()
19. Para a Igreja, o ano litúrgico não é simplesmente uma sequência de festas, mas sim a celebração da vida e do Mistério de Salvação de Jesus Cristo. ()
20. Odo Casel afirma que é preciso viver o ano litúrgico de forma pedagógica, imergindo no unitário Mistério de Cristo. ()

Bibliografia

- ALCADE, Antonio. **Canto e Música Litúrgica: Reflexões e Sugestões**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- ALDAZÁBAL, José. **A Eucaristia**. Petrópolis : Editora Vozes, 2002.
- AQUINO, Felipe. **Riquezas da Igreja**. São Paulo : Editora Canção Nova, 2009.
- ARCE, Pablo e SADA, Ricardo. **Curso de Teologia Dogmática**. Lisboa : Rei dos Livros, 1992.
- AUGÉ, Matias. **Liturgia**. 3. ed. São Paulo : Editora Ave Maria, 2007.
- BETTENCOURT, Estevão. **Curso de História da Igreja**. mimeo.
- _____. **Curso de Liturgia**. mimeo.
- _____. **Curso sobre os Sacramentos**. mimeo.
- BOROBIO, Dionisio (org.). **A Celebração na Igreja**. Vol. I: Liturgia e Sacramentologia Fundamental. 2. ed. São Paulo : Edições Loyola, 1990.
- KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Petrópolis : Editora Vozes, 2009.
- MARSILI, Salvatore. **Sinais do Mistério de Cristo**. 1. ed. São Paulo : Paulinas, 2009.
- MARTÍN, Julián López. **A Liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral**. São Paulo : Paulinas, 2006.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**. Vol. I. 6. ed. Belo Horizonte : Editora O Lutador, 2009.
- _____. **Introdução à História da Igreja**. Vol. II. 5. ed. Belo Horizonte : Editora O Lutador, 1997.
- NEUNHEUSER, Burkhard, OSB. **História da Liturgia através das épocas culturais**. São Paulo : Edições Loyola, 2007.
- RATZINGER, Joseph. **La Fiesta de la Fe: Ensayo de Teología Litúrgica**. 3. ed. Bilbao : Editorial Desclée de Brouwer, 1999.
- TRIACCA, Domenico Sartore e Anchille (Org.). **Dicionário de Liturgia**. São Paulo : Paulos, 1992.

Lista de siglas

CIgC – Catecismo da Igreja Católica²⁹

DD – Didaqué

MD – Encíclica *Mediator Dei*, sobre a Sagrada Liturgia

RS – Instrução *Redemptionis Sacramentum*, sobre alguns aspectos que se devem observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia, da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos

SC – Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia, do Concílio Vaticano II

²⁹ Para evitarmos a ambiguidade e a dúvida que a sigla CIC geralmente promove (porque também pode designar o *Codex Iuris Canonici*, ou seja, o Código de Direito Canônico), utilizaremos a notação CIgC neste trabalho, embora tenha-se presente que não se trata de uma notação usual.